

MANDATO XI
ATA Nº. 23/2017

SESSÃO ORDINÁRIA DE 17 DE FEVEREIRO DE 2017

*Aos dezassete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Braga, no Auditório da Empresa InvestBraga, pelas vinte e uma horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Braga, sob a Presidência da Senhora Hortense Lopes dos Santos, com a assistência do Senhor Serafim Figueiral Rebelo, como Primeiro Secretário e do Senhor João Manuel Tinoco Ribeiro da Silva, como Segundo Secretário. **MAIORIA LEGAL - A SR. PRESIDENTE DA MESA** comunicou que havia quórum, tendo-se verificado a presença de setenta membros. **ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:** João Alberto Granja dos Santos Silva, Maria do Pilar Araújo Teixeira, Bento Duarte da Silva, Hugo Alexandre Lopes Soares, João Filipe Monteiro Marques, Paulo Alexandre Lopes de Carvalho Viana, Maria Ester da Silva Taveira, Domingos da Silva Abreu, Natacha Sofia Miranda Fontes, Maria Manuela de Freitas Marques, Carlos Alberto Sousa Duarte Neves, Maria Isabel Magalhães Mexia Monteiro da Rocha, Gonçalo Nuno Lopes de Castro Pimenta de Castro, Sílvia Maria Rodrigues de Oliveira, Miguel Pereira de Macedo de Sá Menezes, José Marcelino da Costa Pires, Ilda de Fátima Gomes Esteves Carneiro, Pedro Miguel Pereira de Sousa, Ana Paula Enes Morais Pereira, Bento Ferraz Gomes de Faria, Cláudia Patrícia Serapicos Alves, Sebastião Marques Quarenta, Catarina Lourenço Ribeiro, José Manuel Lopes Ferreira, Joana Maciel Ferreira*

*da Costa, Artur Jorge de Oliveira Feio, Márcio Alexandre Martins Ribeiro, Bruno André Ferreira Gomes da Silva, Bárbara Seco de Barros, Pedro Miguel Rodrigues Simões Casinhas, Manuel António Vieira da Silva Esperança, Manuel Carlos Ferreira da Silva, Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira, Agostinho Fernando Monteiro Fernandes, José Manuel Ribeiro Afonso, Luís Filipe Paiva da Mota Pedroso, Rui Manuel Gomes Ferreira, Daniel Fernandes Pinto, Ricardo Jorge Pereira da Silva, José Oliveira da Silva, José Maria Machado da Silva, Fernando Alberto Oliveira Costa e Silva, Joaquim de Oliveira Rodrigues, João da Silva Oliveira, Manuel António Veiga de Carvalho, Carolina Nogueira Vilaça Teixeira, Marco Paulo Ferreira de Oliveira, João António de Matos Nogueira, Augusto Vieira de Carvalho, Sérgio Filipe de Sá Antunes Oliveira, Manuel da Silva Dias, Adélia de Jesus Gonçalves da Silva, José Magalhães Soares Gomes, Manuel de Azevedo Martins, Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado, João Lamego Moreira, César Manuel Faria Gomes, Hilário Fernandes Lopes, Carlos Alberto Ferreira de Sá, Francisco Manuel Pereira da Silva, António Martins de Araújo, Mário José Reis Vieira, Emiliano Renato Araújo Novera, Alexandre José de Sá Vieira, Manuel Pereira de Faria, Marcelino Moreira de Sá e José Manuel Gomes Martins. **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE MANDATO:** A Assembleia, em face dos pedidos apresentados, deliberou aceitar a suspensão de mandato dos seguintes membros: Filomena Maria Beirão Mortágua Sousa Freitas Bordalo, Américo dos Santos Afonso, Rosa Maria Macedo da Cunha, Alexandre Amoedo da Cruz Lourenço, Adelino da Costa Correia, Mário Alexandre Peixoto Gomes, Tânia Correia da Cruz, José João Pereira Correia, Luís Jorge Vaz Santos Antunes Coelho, Rui Manuel Martins Ribeiro Leite, João Vasconcelos de Barros Rodrigues, Maria Filomena Carvalho Ferreira, Rui Manuel Rebelo da Silva Pereira, Manuel Maria Beninger Simões Correia, António Álvaro da Costa Machado, Nuno Álvaro*

Freitas Barbosa de Alpoim, José António de Oliveira Rocha, Marta Filipa Azevedo Ferreira, Manuel António Gomes Pinto, Diana Sofia de Sá Carneiro Gonçalves Basto, Francisco Marques de Oliveira, Tiago Jorge de Assis Caldeira da Cruz Corais, Carla Maria da Costa e Cruz, Raúl Alfredo Cardoso Peixoto da Silva, Lília Maria Guerreiro Assunção Leite Santos e Francisco Magalhães Martins.

FALTARAM OS SEGUINTE MEMBROS: *Arlindo Henrique Lobo Borges, Vítor Manuel de Sousa Leite Cibrão Coutinho, Rui Sérgio Ferreira da Silva Dória, António Araújo Fonseca Veiga e Carmino João Costa Soares. Passou-se ao*

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO. *Neste período registou-se a intervenção do* **SR. JOSÉ MIGUEL BRAGA**, *que começou por referir que ao saudar a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, saudava também o Senhor Presidente da Câmara ausente, os Senhores Vereadores presentes e todos os eleitos dos vários órgãos municipais. Saudava todos os presentes. Tinha muito gosto em ali estar e o seu intuito também era honrar e dignificar o lugar onde estava. Nascido em Braga, na Avenida, um pouco ao lado do Turismo. Conheceu a cidade a mudar-se, a crescer e nem sempre foi feliz com isso. Algumas vezes sim. Com isso pretendia dizer que, apesar das saudades que tinha do Astória e do Sá de Miranda, como eles foram, continuava a gostar da sua cidade. Fizeram-se coisas boas e coisas más ao longo destes quase quarenta e três anos. Referia-se ao vinte e cinco de Abril. Por vezes houve diálogo, outras vezes imposição. Às vezes vingou a força e outras vezes o bom senso. Um vez venceu o mal e outras vezes o bem. Por outro lado, a vida cívica, ensinava-nos a lidar com projetos, edificações ou soluções que, sendo diferentes das nossas, estavam outorgados por um programa apresentado a eleições. Supunha-se naturalmente, nesses casos, que as leis gerais da República eram observadas, nomeadamente as que regulavam o poder autárquico. Há alguns meses a esta parte, a cidade de*

Braga foi confrontada com a iminência da construção de uma superfície comercial chamada “Continente Bom Dia”, na Rua vinte e cinco de Abril. A obra em questão estava hoje em marcha e pelos vistos os trabalhos decorriam a bom ritmo. O que não estava a correr bem era o processo, o intuito e o que não estava a parecer bem era o projeto. O que não se entendia era o porquê dessa obra nesse sítio. Que ideia de cidade se defendia ali? Que contributo iria emprestar essa obra ao ambiente de uma zona da cidade que tinha junto de si duas escolas secundárias e duas escolas do primeiro ciclo? Que iria acontecer ao trânsito automóvel? Estariam a ser respeitados o espírito e a letra do atual PDM? Acreditavam que os munícipes ao elegerem o atual executivo camarário deviam ter lido o programa apresentado e deviam ter ouvido as promessas e os discursos. A concretização dessa obra constituía, relativamente ao prometido para a cidade de Braga, uma renúncia aos princípios defendidos e sufragados. Também por essa razão, considerava essa obra ilegítima. Estava certo que, da sua eventual concretização, nasceria um mal que tenderia a alastrar e a consumir a vida dos cidadãos. Registou-se depois uma segunda intervenção pelo **SR. LUÍS TARROSO GOMES**, que questionava onde estavam os princípios que o orador anterior referiu e que aliás parecia que eram comuns a uma série de pessoas sensatas, da esquerda à direita? Entre os eleitos, esses princípios deveriam estar representados no executivo municipal por quem antes por tantas vezes os invocou, de forma implícita ou explícita, em inúmeras intervenções e tomadas de posição antes das eleições - falava, claro, em primeira linha do Ricardo Rio, do Firmino Marques e do Miguel Bandeira. O que o José Miguel Braga acabou de dizer, e fê-lo em nome da indignação da cidade, era que bastava tão-só esses antigos princípios estarem a nortear a intervenção municipal que o que estava a acontecer na vinte e cinco de Abril não era possível (e era pena que não fosse a própria coligação Juntos por Braga a pedir-lhes essa coerência

com o passado). Aquele bairro harmonioso, luminoso, bem desenhado da vinte e cinco de Abril, entre a Avenida da Liberdade e Escola de São Vítor - em que até se ouvia o chilrear dos pássaros nos momentos de maior sossego do trânsito e das escolas - não era assim agradável e urbano por mero acaso. Em mil novecentos e cinquenta e oito foi elaborado o seu plano de urbanização pelo Engenheiro Miguel Rezende - plano que ironicamente foi o Miguel Bandeira que tirou da gaveta e que lhe deu a conhecer no Primeiro Curso de História da Cidade de Braga que organizou. Não se tratava de discutir se o plano tinha hoje validade jurídica pois sabiam que não tinha. Tratava-se de respeitar os seus princípios gerais que estavam grosso modo visíveis no que ali foi edificado com bastante respeito até recentemente. Em janeiro começaram as obras nos terrenos das Oficinas de São José - o Alvará chegou em fevereiro. Era o desfasamento habitual que já viram nas obras da Academia e que só era relevante ou matéria de contraordenação quando a SIC cá vinha. Por opção ou inércia da Câmara, tinham mais um mamarracho, um pavilhão, na cidade. Infelizmente não era só um edifício vulgar, desinteressante, ruidoso e poluente igual a qualquer outro hipermercado. Representava também uma solução de subúrbio, daquelas que esventravam e desfiguravam a nossa cidade e que se julgavam - achavam todos - extintas. Gostava de saber como era que uma estrutura que agravava substancialmente o trânsito automóvel se encaixava na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, que estaria em discussão, hoje, no ponto três da ordem de trabalhos. Confrontada com essa obra inexplicável, a Câmara tinha dito à imprensa que não tinha instrumentos para a impedir - não sabia se o objetivo era enganar os cidadãos ou distrair os jornalistas ou até tentar competir com o presidente americano na criação de factos alternativos. A verdade era que naquele caso e para aquela obra concreta havia várias disposições legais que a Câmara

não leu. Ou não quis ler. Mas seria razoável que a Câmara as desconhecesse? Estavam a falar de regulamentos redigidos pelo atual executivo e aprovados naquele mandato e naquela Assembleia. Referia-se não só ao PDM de dois mil e quinze mas também ao Código Regulamentar de dois mil e dezasseis que incorporou os antigos regulamentos do Centro Histórico e o regulamento de edificação. Seria que a Câmara tinha mesmo vontade de impedir aquela superfície comercial? “Se falharem os vossos técnicos, se falharem os vossos assessores, se falhar a Professora Fernanda Paula, uma das maiores especialistas em Direito do Urbanismo, que recentemente contrataram, se falhar o vosso bom senso e se o problema for apenas a falta de meios para a defesa do interesse público, do bem comum e da cidade, não hesitem em pedir ajuda a estes grupos de cidadãos. É que até já viram, no processo do licenciamento do São Geraldo, que os requerimentos dos cidadãos são bastante eficazes, na ausência de iniciativa da Câmara, e a dificultar que se cometam mais atentados nesta cidade. Se a Câmara se limita a carimbar os projetos que lhe chegam, abdicando de toda a sua margem de apreciação, então não fazem falta os políticos. Esperamos que prevaleça o bom senso!”. Passou-se, depois, ao **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, que teve início com a apresentação de um **Voto de Saudação** pela **Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA**, cujo conteúdo realçava que a Associação Industrial do Minho teve origem no Grémio das Indústrias Metalúrgicas e Metalomecânicas de Braga, fundado em mil novecentos e cinquenta e seis, tendo passado a Associação Empresarial multissetorial em mil novecentos e setenta e cinco; Esta importante Associação regional agregava cerca de duas mil empresas associadas, sendo hoje uma das principais associações empresariais do país, tendo uma forte afirmação no movimento associativo: era Presidente da União Empresarial da Região Norte (UERN) e

*integrava o Conselho Geral da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP). Tinha sido uma voz reivindicativa e tinha conseguido mobilizar os empresários de diversos sectores para projetos inovadores que tinham marcado a diferença na região e no País. Tinha qualificado muitos jovens empresários e tinha tido um papel ativo na exigência de modernização das políticas públicas. As comemorações do quadragésimo aniversário evidenciaram uma organização viva e dinâmica que em boa hora homenageou e expressou a sua gratidão a todos que ao longo da sua história souberam lutar e defender a liberdade empresarial que tanto tinha contribuído para o desenvolvimento da nossa região. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, deliberou: Um - Saudar a Associação Industrial do Minho pela ocasião do seu quadragésimo aniversário e felicitar, sem exceção, todos os seus dirigentes e associados por estas quatro décadas de atividade intensa. Dois - Exortar a instituição a continuar a assegurar o seu importante contributo para a riqueza, geração de emprego e competitividade na nossa região, num momento em que a sociedade estava dominada por mudanças tecnológicas profundas e importava promover o progresso de forma sustentada, inclusiva e equilibrada. Posto à votação foi o referido voto de saudação **aprovado com duas abstenções da C.E.M.** Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado da C.E.M., **MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para apresentar um **Voto de Louvor**, que salientava que a ASPA (Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural) comemorava quarenta anos de ação em Braga. Num momento em que o turismo era, finalmente, considerado crucial para o desenvolvimento dos municípios, não podiam deixar de relembrar a ação da*

ASPA no salvamento de monumentos de grande importância para Braga e, também, no estudo e divulgação da História local. Bracara Augusta, o Mosteiro de Tibães, o Parque Nacional da Peneda Gerês e o rio Cávado, o Estádio Primeiro de Maio, as Sete Fontes ou os Paços do Concelho de Braga, o Recolhimento das Convertidas, a Capela de Guadalupe e os Elevadores do Bom Jesus foram alguns dos muitos monumentos, sítios ou espaços naturais que mereceram a atenção esclarecida e esforçada da ASPA, que, com o apoio de muitos bracarenses, contribuiu decisivamente para a sua preservação, valorização ou estudo e conduziu, na maior parte dos casos, à classificação como Património Nacional. Foi a ASPA que primeiro reconheceu valor a estes monumentos, sítios ou espaços naturais, alertou o Estado Português para o risco em que alguns se encontravam e insistiu na sua classificação. Se hoje tínhamos algumas ruínas emblemáticas de Bracara Augusta, algumas ainda em subsolo, à ação firme e persistente da ASPA o devíamos. Se hoje tínhamos o Mosteiro de Tibães em posse do Estado Português e quase reabilitado, à ação firme e persistente da ASPA o devíamos. Se hoje tínhamos o Complexo das Sete Fontes a aguardar a criação de um Parque Verde, onde Património e Paisagem se articulavam, à ação da ASPA e a muitos bracarenses o devíamos. A recolha dos arquivos fotográficos de Manoel Carneiro e de Arcelino ou a salvaguarda de núcleos documentais e patrimoniais foram outras intervenções que a ASPA levou a cabo com êxito. A divulgação do Património foi outro grande contributo da ASPA, patente nas revistas "Mínia", nos estudos sobre Bracara Augusta, o Mosteiro de Tibães, a Geira, o rio Cávado, a toponímia bracarense, na edição de cartazes das festas de São João e de postais ilustrados de Braga, na publicação sobre a indústria dos damascos e dos "Dispersos" de Manuel Monteiro, na divulgação de desdobráveis sobre São Frutuoso, a capela dos

Coimbras, o mosteiro de Tibães ou os carvalhais e, ainda, no dossiê "Sete Fontes". A ASPA brindava-nos, há largos anos, com a coluna *Entre Aspas* no *Diário do Minho*, um espaço de reflexão sobre problemas locais e regionais e, também, de divulgação do Património e História Local. Um espaço de alerta para quem considerava a defesa do Património um lema a seguir. Desde mil novecentos e setenta e sete que a ASPA teve uma visão de futuro! Pelo exemplo de cidadania que a todos deu e pelo forte contributo que teve na divulgação e salvaguarda do Património Municipal, a CEM propunha à votação da Assembleia Municipal de Braga um Voto de Louvor à ASPA. Para apresentar um outro **Voto de Saudação**, usou da palavra o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, que começou por realçar que a ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural - era uma associação fundada em mil novecentos e setenta e sete, e tinha como objeto a defesa do Património entendido de forma abrangente. Tinha sede em Braga e intervinha prioritariamente na área geográfica do Minho. Entre as muitas atividades desenvolvidas salientavam-se a defesa empenhada de Bracara Augusta, a luta pela reintegração do Mosteiro de Tibães no património nacional e a recuperação da revista *Mínia*, de que já se publicaram mais de uma dezena de volumes, bem como outros estudos diversificados de grande interesse histórico e patrimonial. Ao longo da sua história afrontou interesses da mais diversa natureza, pautando sempre a sua ação pelo interesse coletivo em detrimento dos interesses individuais ou sectoriais. Em muitos momentos, para os poderes instituídos, fossem eles autárquicos, nacionais, imobiliários ou outros, a sua intervenção foi muitas vezes incómoda na mesma proporção da grandeza das causas que determinaram a sua ação. A ASPA instruiu diversos processos de classificação visando a proteção de monumentos e sítios de interesse público de que se destacavam o sistema de

abastecimento de água à cidade das Sete Fontes, Paços do Concelho de Braga, Estádio Primeiro de Maio, Capela de Guadalupe, Bom Jesus do Monte, muitos outros monumentos e sítios tinham merecido a sua especial atenção. Realizava visitas guiadas, conferências, debates, animava polémicas e discussões de interesse público e publicava quinzenalmente no Diário do Minho a conceituada página "Entre Aspas". E mais recentemente anunciou um programa para dois mil e dezassete, para o seu aniversário, muito rico que, julgava, seria um grande sucesso na linha do bom trabalho que tinha vindo a desenvolver ao longo destes anos. A Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, deliberou: Um - Saudar a ASPA - Associação para a Defesa, Estudo e Divulgação do Património Cultural e Natural e todos os seus associados pelo seu quadragésimo aniversário; Dois - Felicitá-la e expressar o reconhecimento pelo trabalho de qualidade que tinha desenvolvido em prol da preservação do património e pelas muitas e diversas iniciativas que tinha levado a efeito e que tinha mobilizado muitos cidadãos; Três - Incentivá-la a continuar o seu trabalho de verdadeiro serviço público ao serviço dos cidadãos, da região e do País. Postos à votação os referidos voto de louvor e voto de saudação foram ambos **aprovados por unanimidade**. A palavra foi depois dada à **Sr^a. Deputada do P.S., ANA PAULA ENES MORAIS PEREIRA**, para apresentar um **Voto de Pesar**, referindo que Mário Soares nunca desistiu de um Portugal livre, de uma Europa livre, de um mundo livre e era essa a herança que deixava a todos e a cada um de nós, como humanista singular e construtor da Portugalidade solidária. "Mário Soares nasceu e formou-se para ser um lutador, e para ter uma causa para a sua luta - a liberdade. A liberdade em Portugal, a liberdade na Europa, a liberdade no mundo" - como bem lembrou o atual Presidente da República, Professor Marcelo Rebelo de Sousa. De facto, foi pela liberdade que o fundador do Partido Socialista se viu

perseguido, preso e deportado, e viveu no exílio até mil novecentos e setenta e quatro, e por ela se bateu durante os conturbados anos da revolução. Foi pela Liberdade, que liderou um partido que ajudou a fundar. Foi pela Liberdade, que fez ouvir a sua voz nos parlamentos portugueses e europeu. Foi pela Liberdade, que chefiou vários governos em momentos difíceis. Foi pela Liberdade, que presidiu aos destinos da pátria mas foi, sobretudo, como lutador pela liberdade que se revelou determinante para criar a nossa democracia e votar a nossa constituição. Foi pela Liberdade, que viu a lusofonia como comunidade de estados soberanos e irmãos. Foi pela Liberdade, que pediu e assinou a adesão às comunidades europeias, porque sonhava e acreditava numa Europa das pessoas e da solidariedade. Foi pela Liberdade, que ele abriu a nossa diplomacia ao mundo. Foi pela Liberdade, que ele condenou as violações dos direitos humanos e as intolerâncias internacionais. Foi pela Liberdade, que combateu as desigualdades pois só a igualdade permitia a verdadeira liberdade, num quadro de verdadeiro socialismo democrático, lusitano, europeu, atlântico, universalista e progressista. Foi pela Liberdade que ele protagonizou combates que a nossa memória não podia esquecer: a presença corajosa ao lado de Humberto Delgado; a resistência a partir do exílio; a chegada a Santa Apolónia; o discurso na fonte luminosa; o debate com Álvaro Cunhal; a tenacidade no termo da primeira volta das presidenciais de mil novecentos e oitenta e seis; o calor afetuoso com os portugueses nas presidências abertas; o sonho de um Timor- Leste independente; A Assembleia Municipal de Braga, ali reunida hoje, era levada a aprovar um voto de pesar pela sua morte, na esperança de que o Dr. Mário Soares fosse inspirador do nosso combate, aquele em que estávamos e estaremos todos com ele, o combate pela duradoura liberdade com justiça na nossa pátria comum. Ao aprovar este voto de pesar, a Assembleia Municipal de Braga fazia seu o combate pela

imortalidade do seu legado e do seu exemplo. Foi, ainda, solicitado que se fizesse um minuto de silêncio. Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio**. Seguiu-se a intervenção do **SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO VICTOR, RICARDO JORGE PEREIRA DA SILVA**, para apresentar um outro **Voto de Pesar**, que começava por dizer: "Luz sem ocaso" foi o termo escolhido por Carlos Aguiar Gomes para se referir, recentemente, a Constantino Gonçalves, Professor e adjunto do Diretor no Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches, dirigente do Grupo Musical CABçudos e membro de várias associações e coletividades de alargada índole. Esta expressão surgia de uma disponibilidade que Constantino Gonçalves, mais conhecido por Tino, sempre demonstrou para as causas às quais foi desafiado abraçar. Fê-lo sempre de sorriso nos lábios, com elevado espírito de missão, quer no sector educativo, no cultural e até religioso. Era lembrado como um excelente profissional, um fabuloso intérprete musical, um brilhante animador e considerado, por muitos, um generoso humanista cujo modelo importava seguir. Recentemente, o Prof. Constantino deixou de ter presença física entre nós, e muitas foram as manifestações de amizade e carinho de alunos e amigos, perpetuando o seu legado em cada uma das pessoas que privou com ele. Pelo exposto, os eleitos do PSD propunham que a Assembleia Municipal de Braga, reunida a dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, aprovasse um voto de pesar pelo seu falecimento, endereçando à sua Família, ao Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches e aos CABçudos a nossa admiração e penhorada gratidão pelo exemplo marcado. "E porque para o Professor Constantino, que combateu um bom combate, tudo na vida era música e "gente boa", não pedimos um minuto de silêncio, mas que todos "cantemos" o melhor que soubermos". Posto à votação foi o referido voto de pesar **aprovado por unanimidade**. Depois, foi apresentado um **Voto de Protesto**, pela

Sr^a. Deputada do P.S.D., MARIA ESTER DA SILVA TAVEIRA, revelando que era público que o Governo iria encerrar a delegação da RDP em Braga transferindo o seu correspondente para o Porto. Este serviço era de grande importância para a valorização do nosso território, para a divulgação das instituições e suas atividades e, de uma forma geral, para a promoção da região, aproximando a rádio dos cidadãos e conferindo visibilidade a muitas iniciativas que de outra forma a não teriam. Esta decisão era difícil de perceber por quanto os custos de manutenção da correspondente eram reduzidos e havia disponibilidade da Câmara Municipal e da Universidade do Minho em facultarem espaço adequado para poderem desenvolver a sua atividade. Suprimir este serviço era penalizar Braga e a região e não era muito coerente com o discurso dos poderes públicos que muito tinham falado de descentralização, de desconcentração e de aproximação dos cidadãos. Assim, a Assembleia Municipal de Braga, reunida em dezassete de fevereiro de dois mil e dezassete, deliberou: Um - Expressar o seu mais veemente protesto contra o fecho da delegação da RDP em Braga; Dois - Apelar ao Governo no sentido que revisse essa decisão mantendo em funcionamento a referida delegação; Três - Enviar ao Governo e divulgar junto da comunicação social esta sua deliberação. Posto à discussão, usou da palavra o Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA, para dizer que, naturalmente, o P.S. se associava àquele voto do P.S.D.. Era com preocupação que viam que sempre que as ferramentas da proximidade, as ferramentas da coesão social e territorial eram postas em causa, e, portanto, naquilo que era o espírito daquilo que era o seu modelo de sociedade e de país, era com naturalidade que se associavam ao voto. De todo em todo, não poderiam ali deixar de dizer que era pena que noutros momentos da ação governativa, nomeadamente do passado governo liderado pela direita, em que se fecharam e encerraram, em tantos casos,

*serviços de primeira necessidade para o país, serviços que eram verdadeiras âncoras das comunidades, como escolas, centros de saúde, tribunais, entre outros, não tivessem visto essa mesma preocupação, que hoje, ali, foi vertida e que, na altura, foi também ali defendida na mesma esteira pelo P.S.. Posto à votação foi o referido voto de protesto **aprovado por unanimidade**. Para apresentar uma **Declaração de Voto**, usou da palavra o **Sr. Deputado da C.D.U., BRUNO ANDRÉ FERREIRA GOMES DA SILVA**, realçando que o Grupo Municipal da C.D.U. não poderia deixar de se associar àquele voto, pesasse embora, também, não pudessem passar em claro a evidente hipocrisia por parte do Grupo Municipal do P.S.D. e do C.D.S., porquanto, ao longo das últimas décadas, tudo fizeram para que a RTP e o serviço público da RTP fosse desmantelado, não só através da tentativa da privatização desses serviços, mas, também, através da precarização dos seus trabalhadores e, também, não só no que tocava à RTP, mas, também, em relação a muitos outros serviços públicos, que não mereceram atos de repúdio, nem sequer uma singela lágrima ou um singelo protesto por parte desses grupos. Portanto, em coerência votaram a favor. Pena era que a direita, mais uma vez, do alto da sua hipocrisia, fosse tacticista e tivesse pouca memória. Interveio, de seguida, o **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para, noutra **Declaração de Voto**, dizer que a C.E.M. se associava àquele voto de protesto contra o eventual encerramento das delegações da RTP e RDP em Viana do Castelo e Braga e, como tal, consideravam que havia razões para que se mantivessem, não só devido ao facto de haver ali mais de um milhão de pessoas, haver um eixo atlântico, que era importante naquele encontro com a Galiza e, certamente, também, pelo facto de ser uma informação de proximidade e tínhamos ainda um departamento de ciência da comunicação da Universidade do Minho, que também era importante. Portanto, estavam solidários com aquele protesto e*

*evidentemente que tinham também que dizer que aquele duplo critério e dupla prática por parte do P.S.D./C.D.S., naquele protesto era, evidentemente, um sinal que, de facto, não eram coerentes, porque no passado, no encerramento de escolas, de centros de saúde, não levantaram qualquer voz, quando eram poder central. Agora, taticamente iam aproveitar a onda. Mas estavam de acordo com o objeto, o protesto. Não estavam, muitas das vezes, com as táticas e, sobretudo, com a estratégia que pretendiam inculcar. Em todo o caso, queriam solidarizar-se com aquele protesto. Passou a usar da palavra o Sr. Deputado do P.S., **ARTUR JORGE DE OLIVEIRA FEIO**, para, numa **Declaração Política**, revelar que nos últimos meses, a maior bandeira eleitoral de Ricardo Rio, enquanto candidato, revelou-se pouco mais do que nada. A tão apregoada transparência de comportamentos e decisões esfumou-se enquanto o diabo esfregava um olho e a opacidade era, hoje em dia, o padrão da gestão PSD/CDS na Câmara Municipal de Braga. O PS exigiu que os projetos das novas grandes superfícies - da Quinta das Portas, da avenida trinta e um de Janeiro e do Leroy-Merlin - fossem disponibilizados aos seus vereadores no executivo, mas a equipa de Ricardo Rio e seus pares ainda não teve tempo para o fazer. O PS exigiu, em nome da transparência, que fossem reveladas as ações desencadeadas pela Câmara Municipal após as irregularidades detetadas por uma vistoria municipal ao supermercado da Quinta das Portas, em Maximinos, e até hoje não obteve resposta. O PS quis saber se o Leroy-Merlin foi ou não construído em zona verde ou destinada a equipamento, violando grosseiramente o PDM, mas a atual maioria não se dignava esclarecer as dúvidas dos bracarenses. O PS pediu à Câmara Municipal de Braga que esta confirmasse a aprovação ou não do projeto para a nova superfície comercial na rua vinte e cinco de abril e sobre este pedido caiu uma enorme nuvem de opacidade e de silêncio. Agora se percebia esse*

comportamento. Afinal, não era uma falta de respeito para com o PS de Braga, maior partido da Oposição. Este comportamento traduzia uma postura de total desrespeito pelos bracarenses, como atestavam os últimos dados da Associação Transparência e Integridade. “Ricardo Rio devia corar de vergonha com os números da transparência Municipal de Braga: afinal a terceira cidade de Portugal é a medíocre ducentésima trigésima quinta classificada no ranking da Associação Transparência e Integridade. Nos últimos dois anos obteve as piores classificações de que há registo”. Para quem tanto apregoou a transparência quando estava na Oposição, estes números mostravam que a gestão de Ricardo Rio era uma completa desilusão para os bracarenses, em geral, e para os socialistas, em particular. “Esperávamos mais e Braga merece melhor que esta péssima classificação entre trezentos e oito municípios portugueses. Para quem prometeu colocar Braga no pedestal nacional e europeu, é verdade que o está a conseguir, mas pelas piores razões”. Os números apenas confirmavam a opacidade de processos recentes em que a gestão do PSD/CDS se deixou enredar, dando coerência à lógica de ser forte com os pobres e colocar-se de gatas diante dos endinheirados. No Distrito, Braga foi ultrapassada neste índice da Transparência e Integridade por Barcelos, Amares, Cabeceiras de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Famalicão e Vila Verde, com melhores resultados. Também o seu discurso que procurava desculpas no passado se evaporou com estes números, porque em dois mil e catorze, o mesmo relatório colocava Braga na primeira parte da tabela, no quinquagésimo quarto lugar, sendo superada apenas por Esposende (quadragésimo segundo) e Guimarães (vigésimo primeiro). Braga melhorava em dois lugares os resultados obtidos no relatório de dois mil e treze, referente ao ano anterior, em que os socialistas geriam o Município. No ano seguinte, dois mil e quinze, caía a máscara da propagandeada transparência da gestão municipal de

Braga que desceu para o modesto centésimo quinquagésimo sexto lugar, com um índice de quarenta virgula cinquenta e dois por cento em dois mil e quinze e piorou para trinta e sete por cento no ano passado. Nesse ano, os números do primeiro ano de Ricardo Rio à frente da Câmara Municipal, quanto à transparência na gestão municipal confirmaram um trambolhão de cem lugares. Nunca ninguém tivera feito tão mal em tão pouco tempo, com a agravante de Ricardo Rio se vangloriar de ser um paladino da transparência na gestão da coisa pública. Braga viu-se ultrapassada por Barcelos (centésimo quadragésimo nono), Esposende (centésimo oitavo), Fafe (nonagésimo segundo), Guimarães (quadragésimo terceiro), Famalicão (quinquagésimo) e Vizela (quarto). Através de setenta e seis indicadores, divididos em sete temas, media-se a disponibilização de informação de interesse público nos sites dos trezentos e oito municípios. Aqui não se media a inteligibilidade, acessibilidade ou qualidade da informação, mas apenas se a informação era ou não disponibilizada. Braga, de dois mil e quinze para dois mil e dezasseis, até piorou ligeiramente na pontuação global (desceu de quarenta por cento para trinta e sete por cento). Braga afundou uns incríveis setenta e nove lugares no ranking, em dois mil e dezasseis! “Não era uma informação relevante para os bracarenses ao ponto de merecer uma pequena nota - para poupar -, do canal de propaganda da Câmara que todos pagamos e que devia ter como missão partilhar assuntos relevantes para os eleitores, esclarecendo-nos? Será que este silêncio se deve a não existir fotografia de Ricardo Rio para ilustrar os números?” Mas havia mais. O Partido Socialista estava preocupado com o comportamento do Presidente da Câmara Municipal de Braga que confirmou as graves denúncias feitas sobre a Polícia Municipal, mas não encontrava razões para denunciá-las às autoridades judiciais. O PS, através do Vereador Gil Sousa deu conta do desaparecimento da chave do armeiro da Polícia Municipal e foram encontradas

municações espalhadas pelo chão, nas suas instalações. “Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal de Braga mostrou-se um homem perdido nas suas contradições baseadas em dois pesos e duas medidas. Quem não deve, não esconde, nem teme”. Quase no final do primeiro mandato da coligação de direita, o atual executivo optou por não nomear nenhum comandante delegando as competências de chefia ao gabinete do vereador e vice-presidente Firmino Marques. “Já passaram três anos e o comandante não foi substituído, mas o que Ricardo Rio tem para dizer é apenas que os problemas já vêm do tempo dos socialistas”. Argumentou que "entre a identificação das situações e a possibilidade de apuramento de responsabilidades - não havendo meios de prova - a autarquia iria estar a "criar uma situação" e assim não foi feita nenhuma participação às autoridades. “Ricardo Rio reconheceu que "não está tudo bem na Polícia Municipal " mas não teve competência para enfrentar a questão incontornável e central: a Polícia Municipal está sem comandante há cerca de três anos!". Refugiou-se no catecismo demagógico de contra-ataque cínico ao acusar a oposição socialista de "falta de respeito e tentativa de retirar confiança " à Polícia Municipal. “Vamos por pontos: o Presidente confirmou os factos mas desvaloriza-os preferindo atacar ferozmente o mensageiro, para tentar desviar as atenções dos factos graves denunciados pelo PS. Se juntarmos este comportamento à política de pão e circo com que o PSD e CDS nos brindaram nos últimos três anos, com festas, festinhas e festarolas, eventos e mais eventos, é evidente que Ricardo Rio depressa abandonou os seus compromissos eleitorais. Distrai os bracarenses com festas - que serão sempre as maiores do país ou as "capitais" disto e daquilo - porque ele próprio reconhece a sua incapacidade para resolver os verdadeiros problemas dos bracarenses. As festas, festinhas e festarolas, corridas e maratoninhas, pretendem apenas fazer com que os bracarenses esqueçam o essencial, as questões que

preocupam as populações, e anestesiar os eleitores com o acessório para orientar o sentido do seu voto. O grande problema de Ricardo Rio, a escassos meses das eleições, é que ele já percebeu que, após três anos, sobra o incumprimento das grandes promessas e compromissos que ficaram na gaveta do gabinete renovado em dois mil e dezasseis. Se o incumprimento pode castigar Ricardo Rio, é mais violento para os bracarenses que confiaram o seu voto a quem não teve palavra nem honrou os compromissos. Se não se concretizam os grandes projetos, se caem a pique os índices de transparência municipal, se não se resolvem problemas que se arrastam há três anos, qual é a utilidade do Presidente da Câmara Municipal de Braga? Para que serve um Presidente de Câmara se continua o caos na zona pedonal; se se mantém o sistema obsoleto de recolha de lixo? Para que serve Ricardo Rio se não alterou a inexplicável falta de espaços verdes e a falta de transparência dos procedimentos de licenciamento? Para que serve uma Câmara Municipal com um exército de boys e assessores quando permanece o espaço público dedicado aos automóveis e se despreza a requalificação urbana da cidade moderna? Para que serve um Presidente de Câmara que alimenta a péssima relação com os cidadãos e a teimosia em não equacionar alternativas (como temos visto no caso São Geraldo)? Para que serve Ricardo Rio se não trava os negócios que tanto condenou com os grandes empreiteiros (com o a permuta de terrenos na rodovia, aprovação de um hipermercado em zona verde ou acordos feitos em tribunal), com o futebol (com o a doação de onze hectares ao SCB sem debate) e com a Igreja (de que é exemplo a instalação da junta de freguesia a peso de ouro no São Geraldo)? Para que serve um Presidente da Câmara que aumenta opacidade dos serviços municipais e esconde das autoridades judiciais a investigação do que se passa na Polícia Municipal, e não é capaz de nomear um comandante em três anos? Para que serve Ricardo Rio que, em seis meses, não

teve tempo para responder à Associação de Defesa do Património que pedia um espaço para celebrar os quarenta anos, nem se lembrou de celebrar os quarenta anos do poder local? Para que serve Ricardo Rio que apoiou o executivo socialista na compra da Fábrica Confiança e agora - não sabendo o que fazer ou cumprir a promessa eleitoral - deseja entregá-las aos privados? Nós sabemos para que serve. Ricardo Rio serve para acelerar a construção de supermercados fechando os olhos a todos os atropelos e irregularidades porque já esqueceu das promessas feitas quando visitava os centros comerciais e anunciava um pomposo programa de instalação de novos projetos de empreendedorismo, em colaboração com os proprietários desses espaços devolutos. Onde está aquela panóplia de possíveis projetos de criação do próprio emprego e de estímulo ao empreendedorismo jovem que julgamos que podem ser acolhidos nestes espaços"? O novo Presidente serve para amamentar uma obsessão pelo controlo de informação. Pago por todos nós, a Câmara bombardeia-nos através de um serviço caro e incessante de propaganda com excelentes fotografias, posts a toda a hora, reportagens e vídeos profissionais. Os jornalistas-editores passaram a estar condicionados na sua liberdade profissional pelas polémicas avenças pagas pela Câmara aos jornais e com tantos comunicados oficiais já (quase) não é preciso ir ao local ou ouvir a oposição. E mais nada. Poucoquinho. Quatro anos e poucoquinho, é legado de Ricardo Rio".

Outra Declaração Política foi presente, agora pela **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, destacando que depois de um período algo conturbado por causa dos problemas trazidos a público como consequência das obras na Quinta das Portas - desde dúvidas quanto à legalidade dos procedimentos, às questões levantadas quanto a prazos, ao desaparecimento de uma rua pública, queixas de moradores da zona envolvente, à falta de licença de utilização – a cidade deparava-se com um novo debate que parecia existir em todo

lado, menos junto da maioria de direita que governava o município: a instalação de médias superfícies comerciais do negócio alimentar perto ou no próprio centro urbano. Falavam de um projeto para instalação de uma nova unidade comercial, mesmo junto à já instalada na Quinta das Portas, que mereceu, inclusive, a rejeição por parte dos serviços municipais na sua forma inicial, por se prever a ocupação de uma rua pública (decisão que, embora acertada, os obrigava a estranhar que não tivesse sido tomada também relativamente ao projeto do Continente Bom-dia recém-aberto) – afinal, a Câmara sabia e podia intervir quando se dava a apropriação indevida do domínio público - e falavam, claro, do projeto para a Rua vinte e cinco de Abril, no antigo parque de estacionamento das Oficinas de São José. Começavam por deixar claro que não existia, da sua parte, nenhum preconceito com as grandes ou médias superfícies comerciais, como alguns gostavam de os acusar para fugir ao essencial da discussão. Podiam coexistir, ocupando o seu espaço na cadeia económica, não tinham era o direito de esmagar quem não gozasse das mesmas regalias e vantagens. Dito isto, não se escusavam, como era claro, a avaliar e refletir sobre o impacto que a instalação desse tipo de negócios trazia para as cidades, nomeadamente para o seu comércio local, especialmente quando chegavam que nem avalanche e se aproximavam dos locais onde esse comércio estava instalado há décadas. No caso de Braga, cidade do comércio de rua por excelência, atrativo turístico, financeiro e cultural para o município, a instalação das primeiras grandes superfícies teve o seu impacto, muito embora as maiores consequências se tivessem feito sentir com o alargamento dos horários de funcionamento e abertura aos domingos e feriados – decisão com a qual estiveram e estavam frontalmente contra. Cientes ainda que abrir seis superfícies comerciais de negócios diferentes não tinha as mesmas consequências do que abrir seis superfícies comerciais do mesmo tipo de negócio, não poderiam

deixar de questionar como se poderia aceitar passivamente que se construíssem em catadupa supermercados a seguir a supermercados. Precisamente por ser o mais dentro do centro, o que estava previsto para a Rua vinte e cinco de Abril levantava-lhes preocupações de vária ordem. Para além das consequências para o pequeno comércio face à competição desleal que este tipo de superfícies lhe faziam, a instalação de uma média superfície comercial naquele local iria alterar a configuração urbanística daquele quarteirão predominantemente habitacional, agravando os problemas de mobilidade e trânsito. Se em horas de ponta a afluência de trânsito e, mais vezes do que menos, o congestionamento de trânsito na saída do túnel na Avenida da Liberdade, na Rua vinte e cinco de Abril e na trinta e um de Janeiro já dificultavam muito a mobilidade na cidade, imaginasse-se com um aumento dos fluxos naquela rua. Ainda para mais, por se tratar de uma utilização que exigia entrada e saída de parque de estacionamento, dificultando a fluidez do trânsito para além de avolumar o mesmo. Embora entendessem que o poder de decisão das Câmaras Municipais nessa matéria não era absoluto, mas também não era inexistente, não poderiam ignorar a atitude passiva que a maioria PSD/CDS/PPM tinha dedicado ao licenciamento desses projetos, renegando por completo o seu papel mais do que fiscalizador, de decisor do ordenamento do território. Aquando da discussão do PDM, a CDU propôs e várias vezes criticou que não se estabelecessem, por exemplo, áreas destinadas para determinado tipo de atividades no Plano, de forma a poder a Câmara determinar que tipo de cidade queria, a que ritmo e com que fim. Nada disso foi acautelado ou sequer considerado por esta maioria, que se apressou em aprovar um PDM que, como estavam sempre a repetir, pouco tinha de diferente do anterior. A responsabilidade de gerir o ordenamento da cidade de forma sustentável, planeada, com uma estratégia a longo prazo, que satisfizesse as necessidades mais prementes ao

mesmo tempo que, nessas soluções, deixasse caminho feito para resolver problemas maiores e mais difíceis de resolver cabia à Câmara Municipal e a mais nenhum órgão. Desta forma, não conseguiam compreender como podia esta maioria insistir nessa forma de planejar segundo “o peixe que vem à rede”, o que parecia mais apetecível hoje, mas não necessariamente amanhã. Nem o argumento da criação de postos de trabalho, que parecia ser o remate para qualquer reflexão, os fazia abandonar a crítica necessária à instalação desse tipo de superfícies no centro da cidade, especialmente numa rua com as características daquela. Não que não a considerassem na análise que faziam, mas porque era colocada sempre como se tivesse sido o principal fator de ponderação – caso ponderação tivesse havido! -, sabendo que não era a criação de mais emprego no concelho, ainda que descartável, que motivava a construção dessas superfícies, sendo ainda que o tipo de postos de trabalho criados nessas condições ficava muito longe de se poder considerar emprego pleno. Não podiam deixar de apontar o dedo, mais uma vez, àquela gestão municipal: desordenada, desorganizada, desleixada e pouco atenta às reais necessidades do concelho. Ficava bem ver o cartaz que dizia que o maior centro comercial de Braga tinha mais de dois mil anos de história, ou espalhar a ideia de Braga Autêntica em todo o lado, mas valorizar o que ela tinha – ou melhor, o que ainda tinha - de mais autêntico, ao invés de cavalgar na cruzada da modernidade que servia mais e melhor aqueles que a encabeçavam do que quem vivia, trabalhava, usufruía, conduzia, usava transportes públicos, estudava, consumia ou visita Braga, parecia que estava a sair “maior do que a encomenda” à Câmara Municipal! Passou a usar da palavra a **Sr.^a. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para, inicialmente apresentar uma saudação muito especial aos concidadãos que quiseram juntar-se-lhes, sobretudo, na primeira parte, para falar daquilo que lhes

ia na alma, porque era isso que também importava numa Assembleia Municipal. Depois, para apresentar mais uma **Declaração Política**, que dizia: "Ducentésimo trigésimo quinto lugar. Eu repito ducentésimo trigésimo quinto lugar. Foi esse o lugar em que a Associação Cívica Transparência e Integridade colocou o nosso município no "índice de transparência municipal", recentemente tornado público. Só para que as senhoras e senhores deputados e nossos concidadãos tenham uma ideia do que estamos a falar e que foi praticamente ignorado pela imprensa local, deixo-vos a posição de outros municípios do nosso distrito: Vizela vigésimo quinto, Vila Nova de Famalicão quadragésimo terceiro, Guimarães sexagésimo primeiro, Esposende centésimo décimo sétimo, Barcelos centésimo sexagésimo quarto, Vila Verde centésimo octogésimo segundo, Amares centésimo octogésimo terceiro, Terras de Bouro centésimo nonagésimo terceiro. E depois nós. A cidade trendy, moderna, empreendedora, jovem, a capital do comércio, que anda a ver se o destrói a plantar hipermercados à velocidade com que abate árvores, é a nossa vergonha no que à transparência diz respeito". Não os querendo maçar muito, dizia-lhes que esse índice, que tinha à sua frente um lote importante e reconhecido de investigadores de várias universidades, incluindo a nossa, a do Minho, fez um trabalho hercúleo e detalhado que poderiam consultar no seu site, que foi o que fizeram. Nesse trabalho, desdobrou o índice de transparência em sete dimensões, que classificou de um a quinze, sendo um o nível máximo de transparência e o quinze o nível mínimo. No caso de Braga, viram que na: Dimensão A (Informação sobre Organização, Composição Social e Funcionamento do Município) tinha uma pontuação de catorze, já que disponibilizava apenas vinte por cento da informação determinante e vinte e três por cento da informação importante (nível décimo terceiro). Na dimensão B (Planos e Relatórios), tinha a pontuação de quarenta e três (andava ao nível nono). Na dimensão C (Impostos, Taxas, Tarifas, Preços e

Regulamentos) tinha pontuação de cinquenta (nível oitavo). Na dimensão D (Relação com a Sociedade), tinha pontuação de vinte e nove (nível décimo primeiro), o que significava que não passava qualquer informação considerada determinante (zero por cento). Na dimensão E (Contratação Pública), tinha tudo em zero (zero por cento). Não passava informação, nem determinante, nem importante. Na dimensão F (Transparência Económica - Financeira), era a única onde tínhamos boa prestação. Passamos toda a informação determinante e quase toda a importante (Cem por cento e noventa e três por cento). Isto dava um nível dois. Na dimensão G (Transparência na área do Urbanismo), caíamos para o nível nove com a pontuação de quarenta e três, com pouca informação determinante a ser disponibilizada (trinta e três por cento) e pouco mais da importante (quarenta e três por cento). O índice também hierarquizava a importância das várias dimensões. Para os autores as dimensões mais importantes eram a A (Informação sobre Organização, Composição Social e Funcionamento do Município), a E (Contratação Pública), a F (Transparência Económica - Financeira) e a G (Transparência na área do Urbanismo). Ora, com exceção da F (Transparência Económica - Financeira), as outras consideradas mais importantes eram precisamente aquelas em que Braga estava pior pontuada. “Mas, se a gente refletir um pouco do que têm sido estes anos da nova governação de direita, nada do que nos revela este índice nos pode chegar a surpreender. Este executivo parece ter aderido à teoria da pós-verdade. Ainda há umas semanas o líder da concelhia do PSD dizia ufano, num encontro de aderentes, e passo a citar; “Inauguramos uma nova forma de estar e de fazer política em Braga, com outra abertura e transparência”, fim de citação. Será que Hugo Soares se referia àquela forma transparente de ir assistir a jogos do Euro dois mil e dezasseis, pagos por Joaquim Oliveira e invocando “motivo de força maior”, o que o levou, aliás, a ser

invetivado pelos seus correligionários da JSD? Talvez segundo a pós verdade de Hugo Soares, transparência significasse, por exemplo, não responder aos requerimentos remetidos pela oposição e ignorados pela maioria, como já aconteceu com a CEM. Ou não informar e reunir previamente com os moradores da Quinta da Portas, sobre o que lhes ia bater à porta. Ou abater árvores no Jardim de Santa Bárbara, sem avisar previamente a razão dessa e de outras razias. Porque em Braga nunca se explicava nada, justificava-se, quase sempre de forma atabalhoada o que se fez e quando a polémica já estava ao rubro. O desrespeito pelos munícipes era a norma. Talvez a nova forma de fazer política transparente em Braga fosse nunca, ou quase nunca, colocar placas informativas em zonas vedadas a informar que entrou um pedido de licenciamento para determinada obra, ou até não exhibir o alvará quando a obra já estava a decorrer. Talvez a pós-verdade da política de transparência em Braga fosse convocar os moradores da Rua Nova de Santa Cruz e arredores na véspera de começarem as obras, mas nem sequer se ter dado ao luxo de fazer um folheto informativo para a comunidade académica sobre o que se estava ali a passar. Talvez a pós-verdade da política de transparência da Câmara de Braga fosse mandar calar os vereadores do PS porque havia coisas que a cidade não podia saber, como por exemplo, que tinha uma Polícia Municipal há anos “ao Deus dará”. E isso, enquanto o homem que tutelava aquela força policial se mostrou mais preocupado em abrir um inquérito ou um processo disciplinar, qual Diácono Remédios, a um casalinho que foi apanhado em namoro ardente num elevador da Câmara. Talvez a pós-verdade da política de transparência da Câmara de Braga, fosse admitir a realização de obras ilegais, como aconteceu à descarada e à vista de todos com a Academia do Sporting de Braga, apesar das justificações injustificáveis do vereador Miguel Bandeira. Talvez a pós-verdade da política de transparência da Câmara de Braga

*fosse o seu presidente dizer que o Cinema São Geraldo valeria uns cinco milhões quando nem sequer nunca abordou a questão com os responsáveis da arquidiocese e isso foi dito pelos próprios responsáveis à C.E.M.. Talvez a pós-verdade da política de transparência da Câmara de Braga, fosse como denunciou o vereador da CDU, contratar empresas privadas para fiscalizar obras camarárias que estavam a ser realizadas por empresas com quem, nalguns casos, as próprias fiscalizadas tinham negócios. “Senhor Presidente da Câmara a única coisa verdadeiramente transparente na sua gestão é a falta de transparência. Os Bracarenses não querem ser os ducentésimos trigésimos quintos de uma qualquer lista. Muito menos num índice de transparência”. Interveio posteriormente, o **Sr. Deputado do P.S., PEDRO MIGUEL PEREIRA DE SOUSA**, para, em primeiro lugar, fazer uma nota de vivo repúdio sobre uma situação que se passou naquela Assembleia. O P.S. levou àquela Assembleia, inclusive, consensualizado com o líder da bancada do P.S.D., João Granja, um voto de pesar a pretexto do falecimento de Mário Soares. O Deputado João Granja teve a fineza e deferência de lhe ligar e de dizer que o P.S.D., naturalmente, se associaria àquele voto e que, portanto, até porque estava na sua esteira de pensamento político para, hoje, ter um voto próprio, mas que não o faria, porque entendia que essa ação deveria caber ao P.S.. Era assim que se estava na política. Naquele registo de respeito, de cordialidade, de cristalina presença democrática e dos valores republicanos. E, portanto, antes de começar a sua intervenção política, dizer, apenas, que o facto de todo o auditório se ter associado de forma respeitosa ao minuto de silêncio a Mário Soares e um Sr. Assessor do Sr. Presidente da Câmara ter ficado sentado, apesar de ter sido puxado pelo braço, pelo Administrador da Agere, para se levantar e cumprir com o curial respeito democrático por uma figura de Estado, era um mau sinal para aquela casa. Não era sua tradição e ficava ali registado*

como um momento menos feliz da Assembleia Municipal de Braga. Passou então à apresentação de mais uma **Declaração Política**, que salientava que Braga foi eleita Cidade Europeia do Desporto em dois mil e dezoito, no dia trinta e um de janeiro deste ano, pela Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto. Essa Associação justificou a escolha de Braga com o “desenvolvimento de programas municipais de incentivo à prática desportiva junto de toda a população, bem como os seus benefícios ao nível da promoção da saúde, integração e educação”. Esta era, tal como disse Ricardo Rio, uma distinção que orgulhava a cidade “uma oportunidade para mostrar à Europa todo o dinamismo de Braga em termos desportivos”. Verdade, sem dúvida. No entanto, e a bem da verdade, ficou por dizer que essa conquista resultou de um conjunto de ações e opções políticas concretizadas ao longo das últimas décadas. Braga era, desde há muitos anos, uma referência de políticas públicas na área do desporto, tendo desenvolvido uma estratégia de investimento que lhe permitiu, ao nível dos equipamentos e infraestruturas, ser uma referência regional e nacional, facto que, a par de um movimento associativo forte, vivo e comprometido, contribuiu de forma decisiva para que Braga se afirmasse como uma cidade “do” e “para” o desporto, com números de prática federada e não federada, nas diferentes modalidades, superiores, em larga medida, aos da generalidade das cidades portuguesas. Essa política de investimento em equipamentos e infraestruturas dos sucessivos executivos municipais socialistas e, hoje, do atual Executivo, foi absolutamente decisiva para o florescimento e para o engrandecimento do movimento associativo desportivo, que, desta forma, encontrou em Braga terreno fértil e adequado ao desenvolvimento dos seus projetos desportivos. Braga Cidade Europeia do Desporto dois mil e dezoito devia ser um motivo de regozijo e de orgulho para todos os Bracarenses e para todas as forças políticas sem exceção, como deveriam

ser todas as iniciativas e realizações que pudessem valorizar, qualificar e afirmar a cidade. A construção das cidades e dos territórios fazia-se tendo memória, convocando todo o nosso património, toda a nossa história, todas as conquistas e realizações e em Braga, entre muitas outras coisas, os Bracarenses não esqueciam que já puderam assistir em Braga a Taças dos Campeões Europeus de Atletismo, a um Campeonato Mundial de Hóquei em Patins, a jogos da Liga dos Campeões (de Futebol e de Andebol), Jogos da Liga Europa, a campeonatos europeus e mundiais universitários, a campeonatos nacionais de atletismo em pista coberta, entre outras grandes competições. O PS não poderia, por isso, deixar de se associar àquela eleição, porque assumiu, desde sempre, o desporto como algo central para o seu modelo de desenvolvimento, apoiando os inúmeros agentes desportivos que sempre elevaram o nome de Braga ao mais alto nível, no plano nacional, europeu, mundial e olímpico. Convinha recordar que a realidade desportiva de Braga se traduzia na existência de: três Estádios; cinquenta e cinco campos de futebol de onze; oito campos de futebol indoor; dezassete campos de futebol de cinco; quarenta e sete pavilhões gimnodesportivos; cinquenta e seis recintos polidesportivos; cento e cinco salões polivalentes; quarenta e um campos de basquetebol; vinte e um campos de ténis; dezoito pistas de atletismo; noventa e dois parques de ginástica geriátrica; trinta e uma piscinas; três campos de voleibol de praia; um autódromo; um campo de tiro; um aeródromo; um kartódromo; oito recintos de hipismo; três parques radicais; duas praias fluviais; quatro trilhos pedestres entre outros equipamentos; Podia ir ali dizer que nenhum desses equipamentos foi construído após dois mil e treze, mas não ia. Braga possuía seiscentas e quarenta e duas infraestruturas desportivas que perfaziam um total de setecentos e trinta e três mil novecentos e trinta e dois vírgula vinte metros quadrados de área destinada à prática desportiva. Os Censos de dois mil e onze, antes de dois mil e treze,

revelavam que Braga possuía cento e oitenta e um mil e quinhentos habitantes, um índice de área desportiva quatro ponto zero quatro metros quadrados por habitante, o que classificava o concelho como bem equipado ao nível de infraestruturas desportivas e recreativas, número em linha com o padrão europeu desejável para o desenvolvimento da rede desportiva. O mais importante, nesse contexto, era que essa realização consubstanciasse mudanças positivas, se traduzisse num contexto desportivo cada vez mais eclético, contribuísse para uma prática mais equitativa entre homens e mulheres, reforçasse a aposta no desporto para todos, confirmasse a visão de uma cidade do desporto que via, olhava, sentia e vivia o desporto como algo que afirmava e qualificava uma cidade em todas as dimensões (educação, saúde, inclusão, etc.) e, sobretudo, que permitisse, de uma vez por todas, cumprir as necessárias intervenções e requalificações do complexo desportivo da Rodovia, do pavilhão Flávio Sá Leite e do Parque de Exposições de Braga, entre outras. Essas iniciativas deveriam servir para unir, para valorizar e qualificar Braga. Nesse quadro, reconheciam o trabalho que tinha vindo a ser reforçado no âmbito do desporto para todos, no desporto recreação, no desporto como instrumento de Educação para a saúde que o atual Executivo tinha vindo a desenvolver. “A fechar, e na esperança de que a Cidade Europeia do Desporto seja um grande sucesso, envolvendo, "ab initio", desde logo na construção do seu programa, todo o movimento associativo, todos os partidos políticos, as escolhas, a sociedade civil, fica o desafio de aproveitarmos as condições ótimas de que, como Concelho dispomos, abracemos a ambição, à medida dos nossos pergaminhos, de sermos Capital Europeia do Desporto”. Interveio posteriormente o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO FILIPE MONTEIRO MARQUES**, para, em primeiro lugar, se dirigir ao Sr. Deputado Pedro Sousa, que considerava e estimava, mas que relativamente àquilo que ele tinha dito sobre a possibilidade ou a impossibilidade

*de algum dos membros do público se manifestar ou não, dizer que, por um lado, não era regimental, nem ficava em ata quem se manifestava ou não do público, até por um critério de democraticidade, que deviam respeitar e saber respeitar na pluralidade. E, portanto, era muito importante que também soubessem, Deputados da Assembleia Municipal, saber preservar essa qualidade que tinham de respeitar a diferença, mesmo quando com ela não concordassem e não qualificá-la como bonita ou feia, de acordo com aquilo que subjetivamente enquadravam do ponto de vista estético, que do ponto de vista moral e ético julgava que também não iam longe com grandes subjetividades e, portanto, por aí, era muito difícil andarem a condenar alguém por via dessa subjetividade. E dizer, depois, nessa senda, que já viu naquela Assembleia coisas bem piores, ainda, hoje. Já viu ali coisas verdadeiramente inacreditáveis de gente que insistia e persistia em repetir factos que o não eram, portanto, pós-verdades, mas que lhes convinha, não eram pós-verdades, mas meras insinuações que recebiam, acolhiam, não filtravam, nem lhes interessava filtrar. E, portanto, continuavam a repetir insinuações torpes, calúnias, sem problema nenhum em difamar fosse quem fosse, porque isso, pura e simplesmente, servia-lhes politicamente e achavam, até, que lhes servia do ponto de vista tático eleitoral. Custava muito que essa gente não tivesse a frontalidade de, por exemplo, ir ao combate político, dizendo de que partido era, assumindo, sem problema nenhum e sabendo, perfeitamente, quais eram os resultados dessa consequência e dessa frontalidade. Não era isso que via. Paciência era a vida. Passou, depois, a apresentar a **Declaração Política**, que começava por realçar que estava decidido, Braga seria, no ano de dois mil e dezoito, uma das cidades de um grupo de elite, composto por congéneres dos vários países da Europa, que demonstraram merecer a distinção de Cidade Europeia de Desporto. Foi um esforço concertado entre o município e aqueles que faziam da atividade desportiva*

e da promoção da prática desportiva uma missão de vida. Através dessa ação comum e de uma aposta muito concreta deste executivo numa oferta cada vez mais eclética e apelativa para os cidadãos, foi possível alcançar marcas de indiscutível importância. Eram disso exemplo os mais de dois mil e seiscentos bracarenses que hoje se envolviam diretamente nos vários programas desportivos que a Câmara Municipal disponibilizava, o que significava um aumento de mais de noventa por cento face ao número de inscritos no início do mandato. E esse sucesso na adesão dos bracarenses estava umbilicalmente ligado a programas únicos e inovadores como o PULSAR, que oferecia aos doentes oncológicos uma oferta pensada e estruturada em torno das suas especificidades, vocacionada justamente para o aumento da sua qualidade de vida. Mas estava também ligado à nova política de gestão dos espaços públicos desportivos, que agora estavam devidamente regulamentados, garantindo condições de igualdade no acesso àqueles equipamentos. Essa distinção era ainda mais significativa num tempo em que se estava a finalizar um mandato que teve como pressuposto acabar com práticas nefastas que, no passado, corroíam as relações entre instituições e, colateralmente, impediam um maior envolvimento dos bracarenses com a prática desportiva e hábitos de vida saudáveis. Não queria criar divisões na evocação de uma distinção que devia orgulhar todos os bracarenses e devia servir para nos unir em torno de um propósito comum. Por essa razão de estrito interesse municipal, não traria à liça a desvergonha daqueles que governaram o município durante décadas e que agora indecorosamente se arrogavam como os responsáveis supremos por essa distinção. Por essa razão, não evocaria o facto de terem sido esses, os tais que lideraram a autarquia até dois mil e treze, a semear a discórdia entre as coletividades e a Câmara Municipal, por defenderem e praticarem uma política discriminatória e injusta, que preferia alguns clubes e modalidades em detrimento

*de outros. Por essa razão, não recordaria o estado obsoleto e descuidado em que este executivo encontrou inúmeras infraestruturas desportivas, como, por exemplo, a pista de atletismo coberta que nunca havia sido, sequer, lavada. Por essa razão, ainda, não iria lembrar as piscinas olímpicas, nem tampouco as rendas ruinosas de campos sintéticos milionários e de muito duvidosa utilidade. E, também, apenas por esse motivo de estrito interesse municipal, não se ia demorar a enumerar o esforço de legalização de irregularidades gritantes que encontraram, como a da inexistência de nadadores-salvadores em todas as piscinas municipais. Não iria falar em nada disso que era da inteira responsabilidade dos que estavam antes e que queriam agora ser vedetas de um filme que não realizaram, produziram ou protagonizaram. Não iria, por isso, cinicamente atribuir-lhes o óscar da desfaçatez, já que estavam em tempo de galardões cinematográficos. Enfim, reconhecia o seu erro. Disse, no início, que, por estrito interesse municipal, não iria dizer tudo aquilo que acabou por dizer. Mentiu, ou talvez não. Talvez se tratasse apenas de um conjunto de inverdades, ou, até, quem sabia, de um erro de percepção mútuo, porque talvez não tivesse dito bem aquilo que os senhores deputados ouviram, ou talvez não tivessem ouvido bem aquilo que disse. Ou ambas. “Em todo o caso, o que ficava à margem de qualquer dúvida, inverdade, ou erro de percepção, é que esta distinção já é nossa. Já é de Braga e é mais um motivo de orgulho para todos e um forte incentivo à continuação da política deste executivo. Que venha, pois, a próxima”. A palavra foi dada ao **Sr. Deputado da C.D.U., BRUNO ANDRÉ FERREIRA GOMES DA SILVA**, para proceder à apresentação da última **Declaração Política**, referindo que pesasse embora não fosse um eleito ungido por Deus Nosso Senhor à imagem e semelhança do Senhor Presidente da Câmara, tentaria personificar as declarações que ele proferiu em dois de março de dois mil e doze, enquanto Vereador da Coligação “Juntos por*

Braga”. Passava a citar: “Vamos ao assunto ao assunto do momento que é a questão da fábrica Confiança. Sobre esse assunto registamos algumas notas. Nós entramos neste processo de forma absolutamente convicta, acreditando que a compra da Confiança (pela autarquia, bem como o projeto que ali pode ser desenvolvido) traduz um momento histórico para a nossa cidade, por dois motivos fundamentais. Um motivo que é transversal a todo o processo. Ou seja, de forma quase singular, a Câmara esteve pela primeira vez verdadeiramente empenhada na preservação de um legado patrimonial importantíssimo da nossa cidade e da sua memória industrial. Em segundo lugar porque, fruto do empenhamento dos autarcas da coligação juntos por Braga, pela primeira vez em muitos anos, a autarquia abriu-se à participação pública. Daí resultou uma demonstração cabal de que há uma vontade enorme dos bracarenses na participação e na construção da sua cidade, através de projetos de elevado interesse para a valorização daquele espaço. Porque era disso que se tratava. Ou seja, não se trata apenas de valorizar o património mas de garantir uma ocupação que sirva o interesse público e a cidade. Essa é a nossa preocupação central, porque já temos suficientes elefantes brancos na nossa cidade. Uma preocupação que foi assegurada pela forma como o processo decorreu”. Quase cinco anos após aquelas declarações, Rio salientou que nos cofres municipais «não há dinheiro» para que fosse o município a avançar com a empreitada (pesasse embora tivesse garantido, em dois mil e doze, que Braga não iria adquirir mais nenhum elefante branco). “Por isso, se os argumentos dos possíveis compradores forem válidos e não conflitarem com os projetos de requalificação que a Câmara tem para aquela área, a venda poderá ser a solução”, acrescentou Ricardo Rio. Palavras que foram proferidas pela mesma pessoa que, amiúde, alegava que a Câmara Municipal de Braga não podia intervir, mormente quando se deparava com investimentos privados. Em terrenos privados.

*E com dinheiro privado. O chefe do executivo municipal venceu que as propostas de compra eram assumidas por investidores que pretendiam concretizar projetos ligados às áreas do comércio e dos serviços. Restava-lhes, pois então, a pergunta que valia um milhão de euros? “Como pretende esta maioria salvaguardar a memória histórica, patrimonial e industrial daquele edifício se os projetos que ali serão concretizados estiverem ligados ao comércio?” Longe ia o tempo em que o atual edil propalava a “criação do Museu da Cidade, bem como espaços museológicos específicos nos domínios etnográfico, teatral e da arte sacra”. Garantia que também previa o “desenvolvimento de um programa para a recuperação do património edificado para a instalação de valências culturais e sociais de usufruto público”, assegurando-se que “nesta esfera, dar-se-á finalmente sequência ao projeto para a Fábrica Confiança”. Pelo caminho ficaram, uma vez mais, dezenas de propostas que brotaram do concurso de ideias promovido para a Confiança, algumas das quais definidas como 'inovadoras e de excelência', pelo próprio Ricardo Rio. Tal como diria um célebre dramaturgo norueguês, Ibsen, “se não pode ser o que é, seja com sinceridade o que pode”. “Por outras palavras, se não consegue ser um presidente da câmara à altura das suas promessas, limite-se a ser, com sinceridade, um bom marketeer um mero publicitário”. Passou-se à apresentação da **ORDEM DE TRABALHOS: PONTO NÚMERO UM – APROVAÇÃO DA ATA DO DÉCIMO PRIMEIRO MANDATO NÚMERO VINTE E DOIS BARRA DOIS MIL E DEZASSEIS, DE TRINTA DE NOVEMBRO**. Submete-se à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do número dois, do artigo quinquagésimo sétimo, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a ata do décimo primeiro Mandato, número vinte e dois barra dois mil e dezasseis, referente à sessão ordinária de trinta de novembro. Posta à votação foi a referida ata*

*aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DOIS – PROPOSTA RELATIVA AO CONTRATO DE DOAÇÃO DE UM PRÉDIO SITO NO LUGAR DO BARRAL – MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE NOGUEIRA, FRAIÃO E LAMAÇÃES. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a deliberação do Executivo de vinte e oito de novembro do ano transato, relativa à proposta de contrato de doação de um prédio sito no lugar do Barral, freguesia de Nogueira, para fins exclusivamente desportivos, a celebrar entre o Município de Braga e a União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, cujo teor se dá por reproduzido e transcrito e vai ser arquivado em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade.** PONTO NÚMERO TRÊS – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA REDE DE MUNICÍPIOS PARA A ADAPTAÇÃO LOCAL ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e oito de novembro do ano transato, relativa à criação de uma Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, começou por usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para realçar que a forma simplista como foi colocada, pelo Sr. vereador do Ambiente, a proposta da criação da Rede de Municípios para Adaptação Local às Alterações Climáticas, fazendo crer que se tratava de uma iniciativa de âmbito local que decorria de um "Compromisso da Câmara Municipal de Braga de servir de exemplo aos municípios da CIM Cávado e auxiliar com a sua experiência os restantes concelhos...", induzia em erro a Assembleia Municipal. Uma rápida pesquisa na internet permitiu-lhes perceber*

que o projeto ClimAdapt, (que tinha em vista a elaboração de Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), selecionou vinte e seis municípios para a primeira fase do processo, entre os quais Braga. Não por ser um exemplo nos municípios a nível nacional, mas sim porque estava em causa: A cobertura de todo o território nacional...; A diversidade sócio económica e das vulnerabilidades e oportunidades das Alterações Climáticas (AC) nos diversos setores identificados na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas; O compromisso político e institucional para elaborar e implementar as Estratégias Municipais de Adaptação às Alterações Climáticas. A Rede de Municípios para Adaptação Local às Alterações Climáticas, a criar localmente no âmbito da CIM Cávado era, efetivamente, parte da Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, que tinha em vista cumprir o compromisso assumido por Portugal no âmbito da Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas. Era preciso lembrar que resultou de trabalho promovido pelo Projeto ClimAdapt, que também produziu a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada em reunião de Executivo Municipal de dezassete de outubro de dois mil e dezasseis, e que não foi levada ao órgão máximo do concelho, a Assembleia Municipal! Esse foi um processo que começou bem em Braga, com a realização de um workshop dinamizado pelo ClimAdapt e no qual participaram técnicos municipais e forças vivas, entre outros, e que rapidamente perdeu a transparência inicial quando foi omitido da Assembleia Municipal e dos munícipes. Concluindo: Apoiavam a proposta de criação da Rede de Municípios para Adaptação Local às Alterações Climáticas, cujos objetivos definidos pelo Projeto ClimAdapt e que louvavam; Lamentavam que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas não tivesse sido apresentada na Assembleia Municipal, nem divulgada junto dos munícipes; Lamentavam, por

último, que o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, como responsável máximo das diferentes políticas municipais, não tivesse compreendido que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas devia ser integrada nas ferramentas de planeamento municipal, dada a sua transversalidade, não podendo ficar circunscrita ao Pelouro do Ambiente e encarada como algo de carácter meramente local e com uma visão paternalista em relação aos restantes municípios da CIM Cávado. Havia muito a fazer em Braga em matéria de ambiente, sem dúvida! O abate de árvores em vários pontos da cidade, a construção em locais previstos para parques verdes e a impermeabilização do solo em locais próximos de cursos de água, eram maus exemplos bem recentes, que ali lembravam. Por isso mesmo, tinham sérias dúvidas que Braga pudesse "servir de exemplo aos municípios da CIM Cávado e auxiliar com a sua experiência os restantes concelho...". Mas, lá dizia o velho ditado "presunção e água benta cada qual toma a que quer"! Em função do que acabaram de ouvir, a C.E.M. gostaria de apresentar aos Senhores Deputados e Deputadas uma **Recomendação**, que passaria a ler: "A Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, a criar localmente no âmbito da CIM Cávado é, efetivamente, parte de uma Estratégia Nacional. Tem em vista cumprir o compromisso assumido a nível Europeu, em matéria de combate às Alterações Climáticas. Resultou do trabalho promovido no âmbito do Projeto ClimAdapt, coordenado pela Fundação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa e é financiado pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo Fundo Português do Carbono. Por sua vez a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas é o contributo do município de Braga para a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas, articulada com a Estratégia Europeia de Adaptação às Alterações Climáticas. A Estratégia Municipal de Adaptação às

Alterações Climáticas é um documento de referência para as políticas municipais, de carácter transversal e, como tal, é suposto que seja integrado nas ferramentas de planeamento municipal. Apesar de se tratar do contributo local para minimização das alterações climáticas a nível global, o referido documento, aprovado em reunião de Executivo Municipal de dezassete de outubro de dois mil e dezasseis, não foi levada ao órgão máximo do concelho, a Assembleia Municipal! Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Braga recomenda ao Executivo Municipal que a Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas: Seja dada a conhecer aos deputados municipais e garantidamente divulgada junto dos munícipes; Passe a ser assumida pela Presidência de modo a integrar transversalmente todas as políticas de planeamento e gestão municipal. Que a avaliação do impacte previsível das medidas adotadas seja regularmente monitorizada e dela seja dada informação à Assembleia Municipal”.

Interveio depois o Sr. Deputado do C.D.S.-P.P., CARLOS ALBERTO SOUSA DUARTE NEVES, para dizer que a questão da Estratégia Local de Adaptação às Alterações Climáticas, já tinha sido ali discutida e deliberada na Assembleia Municipal, na última sessão. Portanto, não perceberam muito bem como a estimada colega da Assembleia Municipal, Paula Nogueira, afirmou o contrário. A proposta que foi ali apresentada e que decorria na sequência desse Projeto ClimAdapt, que foi um projeto nacional financiado com fundos do Fundo Português do Carbono, mas, também, fundos de natureza europeia não necessariamente da União Europeia, porque tinha fundos de Liechtenstein, da Noruega e da Islândia. Braga foi convidada e, portanto, Braga decidiu fazer parte da rede dos vinte e seis municípios. O que era diferente de ser escolhida. Braga, naturalmente, tomou a opção estratégica de construir uma Estratégia Local de Adaptação às Alterações Climáticas. E isso não podia ser ali branqueado.

Obviamente que, nesse âmbito, Braga desenvolveu o seu trabalho, como fizeram os outros vinte e cinco municípios. O que foi ali, hoje, proposto foi que essa experiência, esse capital de conhecimento, fosse disseminado pelos restantes municípios da comunidade da CIM do Cávado uma vez que nesse grupo dos vinte e seis não estavam os outros cinco municípios, que faziam parte da CIM Cávado. Portanto, havia ali uma lógica de trabalho em rede, trabalho de partilha, de colaboração, de cooperação, que era, naturalmente, de bom-tom, era de boa prática de gestão municipal até porque também era para isso que serviam as comunidades intermunicipais, para a partilha, para a cooperação, para o trabalho em rede e em equipa num fenómeno que não se esgotava nos limites do concelho. As alterações climáticas, como sabiam, e a última conferência do clima no final de dois mil e quinze em Paris, onde foi sufragado e assinado um compromisso à escala de cento e noventa e dois países, realçava, precisamente, isso. As alterações climáticas eram um fenómeno mundial e eram um fenómeno absolutamente global. Portanto, adiantava muito pouco Braga estar a fazer todo o seu trabalho e os concelhos vizinhos não o estarem a fazer, porque o efeito dessas mesmas alterações climáticas, mesmo quando pudesse ser provocado pelo concelho vizinho, iria ser, seguramente, refletido no nosso concelho. A iniciativa que a Câmara Municipal, a partir do pelouro do ambiente, levou e colocou à discussão, merecia, obviamente, a sua concordância, o seu aplauso, até, porque ia para além daquilo que era o projeto inicial ClimAdapt, que numa primeira abordagem tinha a preocupação de construir estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas e depois de as fazer refletir nos instrumentos de planeamento, fossem eles o Plano Diretor Municipal, ou outros, ou até, inclusive, em práticas que, algumas delas, eram bem mais simples de executar do que propriamente, às vezes, fazerem ali grandes formulações de planeamento urbanístico, ou de outra

*natureza, porque muitos dos aspetos que precisavam de fazer para se adaptarem e para de algum modo, minimizarem as alterações climáticas, tinha a ver com fenómenos de comportamento individual e coletivo e isso, muitas vezes, não se traduzia em instrumentos de planeamento municipal. Era nessa linha que queria fazer esse esclarecimento. Essa estratégia já tinha sido sufragada no Executivo, mas, também, na Assembleia Municipal. Ela decorria dum projeto voluntário de adesão da Câmara Municipal e, portanto, de todo o Município de Braga e aquele passo estava para além daquilo que era o pressuposto inicial, ainda que previsto, mas foi opção de Braga fazer aquele processo de disseminação pelos municípios da CIM do Cávado. Não sabia se estavam os outros vinte e cinco municípios a fazê-lo, mas ainda bem que Braga o estava a fazer, porque estava a contribuir para a qualidade de vida de todos e para a sustentabilidade ambiental. Depois foi a vez da Sr.^a. Deputada do P.S.D., **MARIA DO PILAR ARAÚJO TEIXEIRA** se pronunciar sobre a matéria ora em discussão tendo, para o efeito, referido que em relação à proposta de criação da Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, e considerando que: “o Município de Braga integrou desde o início o Projeto ClimAdapt; a criação desta rede constituiu um dos objetivos específicos deste projeto; se pretende que esta Rede dê continuidade ao trabalho desenvolvido pelo projeto ClimAdapt, entre dois mil e catorze e dois mil e dezasseis; Braga estará a representar a Comunidade Intermunicipal do Cávado; o Município de Braga tem já a sua Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC) aprovada; dado os visíveis impactos das alterações climáticas por todo o mundo, se torna cada vez mais imperativo definir estratégias de adaptação que respondam às necessidades das comunidades locais, os municípios têm um papel preponderante na gestão da adaptação climática para assegurar a segurança dos cidadãos, garantir a*

salvaguarda dos recursos naturais locais e manter a competitividade do território numa economia global; a integração na referida Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas não pressupõe custos. Pelo exposto o Partido Social Democrata e uma vez que o Município demonstra uma grande sensibilidade em relação a este tema, congratula-se com esta proposta, pelo que a votará favoravelmente”. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade**. A Sr^a **PRESIDENTE DA MESA** passou a ler a parte deliberativa da Recomendação apresentada pelo Grupo Municipal da CEM, já transcrita. Registou-se a intervenção do Sr. **Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para referir que sem prejuízo da preocupação ser elogiável, o que lhes parecia era que depois da intervenção do Sr. Deputado Municipal do CDS-PP e do PSD, ficou claro e julgava que nem havia sequer a necessidade do Executivo ir clarificar isso, que aquele documento já tinha sido aprovado, já foi publicitado, já foi àquela Assembleia Municipal, porque sem prejuízo da intenção ser meritória, no seu entendimento era que estava prejudicado. Porque já estava definida a política. Já estava compatibilizada, em sede de Município. Naturalmente, que ia articular a sua ação com essa política. Naturalmente, aquela pretensão da CEM estava, para si prejudicada e, por isso, iriam votar contra. A palavra foi dada à Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para pedir um esclarecimento porque tanto o Deputado João Granja, como há pouco o Deputado Carlos Neves, mencionaram que na última Assembleia Municipal aquele tema foi discutido e verificaram a ata e não conseguiram encontrar essa matéria. De qualquer forma associavam-se àquela recomendação da CEM, no sentido de, no futuro, no normal funcionamento daquele órgão e da prestação de contas do Executivo da Câmara Municipal, a pudesse levar. No entanto, as considerações feitas na recomendação, não lhes

*merecia, como era óbvio, o repúdio, como o Deputado João Granja ali foi dizer, mas parecia-lhes que não era diferente de todas as prestações de contas que a Câmara tinha que fazer àquele órgão. Posta à votação a recomendação apresentada pelo grupo municipal da CEM, foi a mesma **rejeitada com trinta e cinco votos contra e com vinte e oito votos a favor.** **PONTO NÚMERO QUATRO – CANDIDATURAS AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL: DIOCESE DE BRAGA, OFICINA SÃO JOSÉ, EMPRESA DIÁRIO DO MINHO E EMPRESA JOSÉ MANUEL D. FREITAS, LIMITADA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e oito de novembro do ano transato, dos processos relativos às candidaturas apresentadas pela Diocese de Braga, Oficina de São José, Empresa Diário do Minho e pela Empresa José Manuel D. Freitas Limitada, bem como as respetivas propostas de decisão desenvolvidas pela Investbraga, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Registou-se a intervenção do **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para realçar que relativamente àquele ponto o Grupo C.E.M., tendo analisado os processos de candidatura submetidos pela Investbraga para a concessão de incentivos para investimento no Município de Braga, considerava que em relação ao segundo processo apresentado pelo Sr. José Manuel Freitas, esse se enquadrava no referido regulamento na concessão de incentivos. Já, porém, no que dizia respeito à candidatura submetida pela Investbraga, por parte da Diocese de Braga e da Oficina de São José, a CEM considerava que a candidatura, embora se adequasse em parte, assumia como investimento produtivo três milhões quatrocentos e vinte mil euros, quando tal não correspondia à realidade. Por outro lado, não foram*

apresentadas contrapartidas relativas ao investimento da Bosch, nos espaços e edifícios em Ferreiros, onde tinha estado instalada a gráfica da Empresa Diário do Minho e que com a realocização para Gualtar, ficariam vagos para ampliação da atividade industrial da Bosch. Presumia-se, portanto, em consequência, um valor para as referidas instalações, pelo que o investimento líquido supostamente elegível, em sede de regulamento de concessão de incentivos ao investimento, não era, desde logo, os três milhões quatrocentos e vinte mil euros, pois foi omissa o valor da venda, ou, se quisessem, do desinvestimento. De facto, só o investimento da Empresa Diário do Minho, no valor superior a um milhão de euros, para aquisição de máquinas e manutenção dos postos de trabalho, era rigorosamente investimento produtivo e, como tal, justificava a concessão de redução de IMI proposta pela Investbraga. Quanto ao restante, tal não passava de um estratagema arditosamente montado pela Investbraga, para encobrir uma operação imobiliária, que nada abonava em favor da sua alegada vocação para a dinamização económica produtiva. A aquisição do novo edifício e ampliação, não era um investimento produtivo, era um investimento imobiliário e, como tal, não era elegível, em sede de regulamento para redução de taxas municipais. Eis a questão. Estavam, pois, perante um mau serviço da Investbraga, que posicionando-se como entidade adequada para a instrução e monitorização e tramitação dos processos, a fim de justificar a prossecução do seu papel, das suas atividades, propunha a atribuição de incentivos a investimentos que, em parte, contrariavam o regulamento. Por isso, seria muito mais transparente que atendendo ao facto de que os proprietários Diocese de Braga e Oficinas de São José iam arrendar o espaço ao Diário do Minho, por essa via, podiam requerer o benefício da redução de IMI, desde que, tal como referia o número três, do artigo três, se traduzisse numa redução do valor da renda paga pelo Diário do Minho. Estavam ali perante

*mais um sinal do novo “chico espertismo” da Investbraga, como criatura criada pelo seu criador, Ricardo Rio e a Câmara de Braga, e, portanto, estariam contra aquelas formas propagandísticas e não precisas sobre aquele problema. A palavra foi dada ao **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para destacar que aquilo que aquele projeto traduzia era um conjunto de duas situações. A primeira, o projeto em si mesmo. Aquilo que era o projeto de realocização e de expansão da atividade do Diário do Minho e das Oficinas de São José na sua vertente gráfica. E, em segundo lugar, aquilo que ele também viabilizava do ponto de vista da expansão do projeto Bosch. Infelizmente, parecia-lhe que havia cidadãos, Deputados e responsáveis políticos na nossa cidade que ainda não perceberam o alcance daquilo que hoje se estava a passar na nossa cidade ao nível da expansão daquela empresa. A empresa há cerca de três anos tinha dois mil colaboradores. Já era o maior empregador privado do nosso concelho. Pois bem, neste momento, tinha dois mil e oitocentos trabalhadores. Contribuiu de forma decisiva para aquilo que era o crescimento exponencial do volume de exportações da nossa cidade e estava, neste momento, com um plano de expansão que iria permitir a muito curto prazo mais que duplicar aquilo que era a sua capacidade há três anos, quer em termos de empregos criados, quer em termos de volume de negócio e volume de exportações também inerente. Além, obviamente, da relevância estratégica que era a criação de um centro de investigação e desenvolvimento na nossa cidade em parceria com a Universidade do Minho, que era, hoje, uma referência internacional e que estava na base já de outros projetos que estavam na forja da mesma índole na nossa cidade. Ora, esses projetos só seriam viáveis com aquele processo de expansão que estava em curso e para os quais era, obviamente, fundamental a realocização do Diário do Minho. E, portanto, seria, até, irresponsável da parte do Município de*

Braga, não criar as condições de conforto necessárias, como estava a fazer noutras frentes, de uma foram taxativa em relação a outros processos que tinha a ver com essa mesma expansão da Bosch para as zonas circundantes, que viabilizasse, precisamente, esse projeto ao mérito do projeto do Diário do Minho e das Oficinas de São José. E havia, também, esse interesse estratégico crucial para o concelho e para esta região, que era a viabilização do projeto Bosch. Voltou a usar da palavra o **Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA**, para referir que o que o Sr. Presidente da Câmara acabou de dizer não contrariava absolutamente em nada o que havia anteriormente referido. Eram duas coisas diferentes. A C.E.M. saudava o investimento da Bosch em Braga. Simplesmente, não era isso que estava em jogo. E até tinham dito que poderiam tê-lo feito de outra forma, mais direta e mais clara e transparente. Não o fez. Não lhe respondeu à pergunta e, sobretudo, não foi ao encontro do problema que foi ali um estratagema montado desnecessário, em sede de redução de taxas municipais. Gostaria que fosse esclarecido sobre o ponto que colocou. Porque se tratava da redução do IMI e isso era possível e a Diocese de Braga poderia fazê-lo e tinha direito a fazê-lo e as Oficinas de São José, mas não daquela forma, dizendo que era um investimento produtivo, para dizer que a Investbraga conseguiu três milhões, quatro milhões, seis milhões e, afinal, era apenas um milhão e pouco, aquilo que estavam a falar de investimento produtivo. O investimento produtivo não era a mesma coisa que investimento imobiliário. Interveio ainda o **Sr. Deputado do P.S.D., JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para, a propósito, dizer que quando aprovaram o regulamento de concessão de incentivos ao investimento no concelho de Braga, foi um documento bastante consensualizado. Uma votação ampla. E traduziu um passo, uma progressão na dotação da Câmara dum instrumento poderoso para incentivar o investimento no

nosso concelho. Naturalmente, como todos os regulamentos, eram passíveis de serem atualizados, discutidos ou adaptados. E aquilo que poderia fazer sentido era que qualquer força política, qualquer Deputado Municipal, naquele órgão, poderia propor alterações, sugerir melhorias em relação a esse regulamento. Curiosamente, aquando da sua apresentação e da sua formulação, não houve nenhuma proposta de alteração, nenhuma adenda, nenhuma clarificação de nenhum das suas disposições. Mas estavam sempre a tempo de o fazer. E, normalmente, era com a aplicação do regulamento, que aquelas questões eram suscitadas. Não lhe parecia fazer sentido estar ali a diabolizar a Investbraga, porque aquilo que estava a ser feito resultava da aplicação daquele regulamento. Mais importante era perceber que aquele projeto de investimento, encarado em sentido amplo, implicava a realocização da atividade do Diário do Minho; a manutenção em laboração da própria instituição, que obrigava à duplicação do parque gráfico, porque não podia parar a impressão dos vários jornais que ali eram feitos; a aquisição do imóvel; a realização de obras de remodelação e adaptação do imóvel, que era o da antiga Telca; a ampliação da área de construção e um novo imóvel; a aquisição de máquinas; de uma viatura de transporte; a manutenção dos postos de trabalho e o seu alargamento. Mas não foi esse tema que ali o levou. Aquilo que era importante tornar presente para quem estava menos atento àquela matéria, era que, de facto, aquele processo de afirmação de crescimento da dinamização de novos projetos de afirmação mundial da Bosch de Braga, podia e devia ser acarinhada muito pela nossa cidade, porque isso significava, naquela parceria virtuosa com a Universidade do Minho, como algo extraordinário que estava a acontecer no nosso país. E não era por acaso, já vários Primeiros-Ministros a ela se associaram, com ela se reviram e não se tinham poupado a elogiar aquilo que àquele nível tinha sido feito em Braga. A

Arquidiocese vendeu o primeiro conjunto de pavilhões do conjunto que dispunha e que poderia com facilidade dispensar, mas o conjunto de equipamentos que agora foram alienados à Bosch, foram-no a um preço que correspondia a cerca de metade daquilo que era o valor que a Igreja, inicialmente, pretendia e que tinha a ver com as avaliações de que dispunha. E, ali, o que queria deixar era uma palavra de reconhecimento e valorizar o esforço que foi feito pela Arquidiocese e o trabalho da Câmara Municipal e, em particular, do seu Presidente, que souberam encontrar um ponto de equilíbrio, para que a Bosch pudesse continuar a desenvolver o trabalho notável que estava a fazer à volta da unidade de Braga. E julgava ser do conhecimento de todos que, quer noutras partes do país, onde a Bosch detinha equipamentos, quer da parte de outros municípios, de que Lisboa era apenas um exemplo, havia abertura, estímulo, contactos, incentivos, para que muitos daqueles investimentos fossem feitos noutras paragens. Criaram, com a colaboração daquelas entidades, condições para que a Bosch se mantivesse, se desenvolvesse, que fortificasse o seu trabalho, que atraísse investidores, que aumentasse o número de empregos, que desse visibilidade a Braga e que fortalecesse não apenas outras empresas que a alimentavam, mas, sobretudo, que deixasse ficar na nossa terra, na nossa região e no nosso país, muita tecnologia que acabava, depois, por se refletir em novas dinâmicas empresariais e no surgimento de outros “clusters” de empresas de que a metalurgia era base, por exemplo, as microtecnologias e outro tipo de aplicações, que depois eram desenvolvidas noutros setores empresariais da cidade. Tínhamos muitos e bons exemplos. E era esse esforço que permitia a manutenção daquele investimento e o seu desenvolvimento, que gostaria ali de sublinhar. Posta à votação foi a referida proposta aprovada com as abstenções da C.E.M. e da C.D.U..

PONTO NÚMERO CINCO – LOTEAMENTO NÚMERO TRINTA E QUATRO BARRA DOIS MIL

E SEIS – MARIA ALVES DE MIRANDA LOPES E OUTROS - DESAFETAÇÃO DE PARCELAS DE TERRENO, COM A ÁREA DE MIL SEISCENTOS E DEZOITO VÍRGULA QUINZE METROS QUADRADOS, SITAS NO LUGAR DE VEIGAS OU LAMEIRA, FREGUESIA DE GUALTAR.

*Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e oito de novembro do ano findo, tendo em vista a desafetação das parcelas de terreno constantes do processo, no total de mil seiscentos e dezoito vírgula quinze metros quadrados, afetas à dominialidade pública municipal e subsequente reversão para propriedade dos promotores do loteamento inicial, bem como da presente alteração, para a qual tem legitimidade absoluta porquanto são ainda proprietários da totalidade dos lotes, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada com as abstenções da C.D.U. e da C.E.M.***

PONTO NÚMERO SEIS – PROPOSTAS DE ACORDOS DE GEMINAÇÃO DA CIDADE DE BRAGA COM A CIDADE DE SANTA FÉ DE LA VERA CRUZ, ARGENTINA E A CIDADE DE IVANO-FRANKIVSK, NA UCRÂNIA.

*Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea t), do número um do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, propostas do Executivo Municipal, aprovadas em reunião de nove de janeiro do ano em curso, para estabelecimento de acordos de geminação entre a cidade de Braga e a cidade de Santa Fé de la Vera Cruz, na Argentina e a cidade de Ivano-Frankivsk, na Ucrânia, que se dão por reproduzidas e transcritas e vão ser arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas por unanimidade.***

PONTO NÚMERO SETE – PROCEDIMENTO DE CONSULTA ESCRITA PRÉVIA – EIXO ATLÂNTICO DO NOROESTE

PENINSULAR – ESTATUTOS. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de nove de janeiro do ano em curso, relativa ao processo de consulta escrita prévia – Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular - Estatutos, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Neste ponto da ordem de trabalhos usou da palavra o Sr. Deputado da C.E.M., MANUEL CARLOS FERREIRA DA SILVA, para salientar que, quando era necessário, também saudavam, nomeadamente, aquela iniciativa, sobretudo, na revisão do estatuto em torno do Eixo Atlântico, que lhes parecia muito bem. E, contrariamente, a lógicas centralistas fosse de Madrid, fosse de Lisboa, era bom que o Eixo Atlântico e aquela relação e intercâmbio entre o Norte de Portugal e a Galiza, se mantivesse, se reforçasse. E, já agora, por que não, Sr. Presidente da Câmara, ter, também, em atenção outras questões que diziam respeito, nomeadamente, a que o Porto, na questão do turismo, não absorvesse e subalternasse o Minho e era bom que alguma coisa se fizesse nesse sentido e outras iniciativas, em termos da descentralização, sobretudo, numa ótica de regionalização. Isso era importante, para que nós, sub-região, embora achando que deveria ser região Minho, pudesse ter a sua sustentabilidade, em termos, também, de vários investimentos, que deveriam ser feitos e não eram feitos. Portanto, valia para todos os centralismos e, era nesse sentido, que gostava de saudar, mas, também, um desafio e um apelo para que fosse reivindicativo noutras questões, que diziam respeito ao Minho e a Braga. Posta á votação foi a referida proposta aprovada com as abstenções da C.D.U. e de sete Deputados do P.S..*

PONTO NÚMERO OITO – ORÇAMENTO PARTICIPATIVO DOIS MIL E DEZASSETE. *Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta aprovada pelo Executivo na reunião de vinte e três de janeiro do ano em*

curso, relativa ao Orçamento Participativo dois mil e dezassete, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. Posta à discussão, passou a usar da palavra a **Sr^a. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para dizer que gostaria, antes de tomar posição sobre aquela matéria, que algum membro do Executivo pudesse prestar esclarecimentos mais detalhados sobre aquela questão que ali os levava, até porque devia dizer que o texto estava redigido em muito mau português e estava com dificuldades em saber se aquilo que estava a ler estava a interpretar de forma correta. Agradecia que alguém do Executivo explicasse, exatamente, o que estavam a votar. Para prestar os esclarecimentos solicitados, usou da palavra o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, referindo que não sabia o que a Sr^a. Deputada não tinha percebido naquela proposta, porque a verdade era que o processo do orçamento participativo, de entre as muitas informações que tentaram escamotear dos cidadãos e dos Deputados Municipais, não teria sido, propriamente, daqueles mais escondidos da atividade municipal. Houve lançamento de candidaturas. A submissão de propostas pelos cidadãos. Um processo alargado de votação pelos cidadãos. E, naturalmente, que em resultado dessa mesma votação, houve projetos que foram selecionados ao abrigo desse mesmo orçamento participativo e que, depois, deu origem à sua concretização. Tal como aconteceu nos anos anteriores, mais uma vez, a Câmara Municipal entregou às entidades promotoras ou naquelas em quem entendia delegar, a execução dos respetivos projetos, fossem elas autarquias locais, associações ou outras entidades, a execução desses mesmos projetos. A proposta do orçamento participativo que ali foi submetida, era a transferências das verbas que foram alocadas a cada um dos diversos projetos pelos serviços e de acordo com as votações dos Bracarenses no

decurso do processo desse mesmo orçamento participativo. Estava no orçamento para dois mil e dezassete, mas tinha que ser, obviamente, agora, transferido para os respetivos beneficiários. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO NOVE – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIO À VACINAÇÃO INFANTIL.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea g), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de seis de fevereiro do ano em curso, referente ao Regulamento Municipal de Apoio à Vacinação Infantil, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada à **Sr.^a. Deputada do P.S.D., MARIA MANUELA DE FREITAS MARQUES,** para destacar que o executivo municipal com o compromisso de consolidar a coesão social para o desenvolvimento sustentado do Concelho e considerando as questões sociais estruturantes e prioritárias na ação municipal, nos últimos três anos tinha vindo a promover um conjunto de políticas e práticas, trabalhando assim, em várias respostas a situações de vulnerabilidade e exclusão, no sentido de colmatar assimetrias sociais. Pela sua intervenção dinamizadora na promoção de Projetos e Programas em parceria com instituições públicas e privadas, Braga era reconhecida como "Autarquia Familiarmente Responsável" no desenvolvimento de políticas sociais de apoio e proteção a esse pilar da Sociedade, desde a infância à terceira idade. Destacavam: a política generalizada de oferta de manuais escolares; o reforço dos apoios conferidos aos alunos de escalão A e B; o reforço do apoio nas refeições escolares; comparticipação da taxa de IRS para as famílias; o reforço no apoio ao transporte escolar com o "Cartão Braga Kid, Cartão Jovem Municipal" e "Cartões Sénior e Famílias Numerosas"; o Projeto "Pimpolho" de

prevenção da ambliopia aos alunos do pré-escolar; o programa "Braga a Sorrir" de saúde oral para os mais carenciados; o Projeto 'Avóspedagem'; "Braga mais sessenta e cinco" para idosos em situação de vulnerabilidade social; a redução do IMI; Integração de pessoas sem-abrigo; Apoio à Habitação; Banco Solidário de Braga; redução dos tarifários de água e saneamento, que tinha em consideração o número de pessoas por agregado familiar. Assim, várias foram as medidas no âmbito das políticas sociais, implementadas pelo atual executivo municipal e que em muito contribuíram para que o Município fosse premiado pelo terceiro ano, pelo reconhecimento de boas práticas na área social. Na prossecução dessa linha de orientação e atuação, o Executivo Municipal vinha juntar mais um programa social inovador, o apoio à vacinação infantil contra o "rotavírus" para as famílias mais carenciadas, sendo essa, uma medida muito importante para um elevado número de famílias Bracarenses. Essa vacina, não integrava o Plano Nacional de Vacinação, o apoio prestado era aplicável a todas as crianças até um ano de idade que residiam em Braga em situação de carência económica, comprovada do rendimento do agregado familiar e pelo seu elevado custo, pretendia o executivo auxiliar as famílias custeando integralmente a vacina a todos os beneficiários até ao terceiro escalão. O valor a suportar pelo Município correspondia ao montante total suportado pelos utentes com a aquisição de duas doses da vacina 'Rotarix' ou três doses da vacina 'RotaTeq', em termos orçamentais, a medida implicaria um esforço financeiro na ordem dos cem mil euros. O Município continuava dessa forma, sensível aos desafios que as famílias enfrentavam e a primar por atenuar dificuldades, promovendo a igualdade de oportunidades de modo a desenvolver uma Braga mais coesa. Pelo exposto o Partido Social Democrata congratulava-se com aquela proposta do executivo e votaria favoravelmente. Posta à votação foi a referida proposta **aprovada por unanimidade. PONTO NÚMERO DEZ –**

CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA. *Submete-se à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea k), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de vinte e seis de dezembro do ano transato, de nove e vinte e três de janeiro e de seis de fevereiro do ano em curso, relativas aos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências nas seguintes freguesias: Um - Junta de Freguesia de Sequeira, para a execução da obra denominada “Rua da Gaiosa”, no montante de cinco mil seiscentos e três euros e cinquenta e quatro cêntimos; Dois - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “Alargamento da Travessa de São Brás”, no montante de nove mil seiscentos e noventa e seis euros e oitenta e oito cêntimos com IVA; Três - União de Freguesias de Nogueiró e Tenões, para a execução da obra denominada “Parque de Lazer das Carmelitas”, no montante de dez mil oitocentos e sessenta e cinco euros; Quatro - Junta de Freguesia de Gualtar, para a execução da obra denominada “Rua da Bouça – ordenamento e sinalização de trânsito”, no montante de oito mil novecentos e dezanove euros e noventa cêntimos; Cinco - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “requalificação da rua do Vale – segunda fase”, no montante de vinte e quatro mil vinte e um euros e vinte cêntimos; Seis - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Pavimentação do acesso ao Chamor – Este São Mamede”; no montante de sessenta e três mil cento e noventa e nove euros e trinta e cinco cêntimos; Sete - União de Freguesias de Guisande e Oliveira São Pedro, para a execução da obra denominada “Parque de Merendas no campo de futebol – Guisande”, no montante de cento e cinco mil*

trezentos e trinta e dois euros e vinte e três cêntimos; Oito - União de Freguesias de Lomar e Arcos, para a execução da obra denominada “Requalificação dos passeios no loteamento Bouça das Mouras – Lomar”, no montante de cinquenta e nove mil oitocentos e sessenta e três euros e cinquenta cêntimos; Nove - União de Freguesias de Vilaça e Fradelos, para a execução da obra denominada “Requalificação da Travessa de Santa Cecília – Vilaça”, no montante de vinte e seis mil quarenta e seis euros e cinquenta e nove cêntimos; Dez - União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe, para a execução da obra denominada “Alargamento e reparação do Caminho de Cima de Vila”, no montante de dois mil oitocentos e sessenta e dois euros; Onze - Junta de Freguesia de Esporões, para a execução da obra denominada “Prolongamento da rua da Graciosa”, no montante de vinte e nove mil novecentos e sessenta e cinco euros e vinte e sete cêntimos; Doze - Junta de Freguesia de Palmeira, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua de Vilarinho”, no montante de oitenta e dois mil quinhentos e dezassete euros e trinta e cinco cêntimos; Treze - União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “Requalificação do largo do Cruzeiro – Frossos”, no montante de cento e cinquenta e quatro mil trezentos e um euros e noventa e seis cêntimos; Catorze - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Monte”, no montante de quinze mil setecentos e um euros e trinta e um cêntimos; Quinze - Junta de Freguesia de Tebosa, para a execução da obra denominada “Requalificação da rua das Rossas”, no montante de seis mil quinhentos e noventa e nove euros e treze cêntimos; Dezasseis - União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, para a execução da obra denominada “Obras de conservação na sede da Junta – Panóias”, no montante de quinze mil trezentos e cinquenta euros e sessenta e dois cêntimos;

Dezassete - União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, para a execução da obra denominada “Requalificação da praça Manuel Fernandes da Silva”, no montante de setenta e três mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e cinco cêntimos; Dezoito - União de Freguesias de Este (São Pedro e São Mamede), para a execução da obra denominada “Pavimentação da rua do Torrão – Este São Mamede”, no montante de vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e vinte e um cêntimos; Dezanove - Junta de Freguesia de Adaúfe, para a execução da obra denominada “Alargamento e pavimentação da rua do Pinheirinho”, no montante de cento e cinquenta e oito mil quinhentos e vinte euros e quatro cêntimos. Interveio a **Sr^a. Deputada da C.D.U., BÁRBARA SECO DE BARROS**, para salientar que antes de passar à votação daquele ponto que tinha várias alíneas, gostavam de chamar a atenção ao Executivo Municipal de um aspeto que já ali muitas vezes foi discutido, nomeadamente, pelos Deputadas da CEM naquela Assembleia, já não se recordava e para não cair na imprecisão do Deputado Carlos Neves, há pouco, não se recordava se na última Assembleia ou penúltima, que, inclusivamente, tiveram que pedir um esclarecimento adicional relativamente a um contrato administrativo celebrado com uma freguesia, porque dizia que era para uma capela mortuária, depois não se sabia bem para o que era. E, portanto, à luz das confusões que tinham acontecido pela escassa informação que, por norma, ia com aquele tipo de contratos e sublinhando que concordavam com aquela delegação de competências, naquele tipo de intervenção nas freguesias, e, por norma, até tinham aprovado todas elas. Naquele caso, havia ali uma, que era a alínea i), relativa ao contrato de delegação de competências na União de Freguesias de Merelim São Pedro e Frossos, para a execução da obra denominada “Requalificação do largo do Cruzeiro – Frossos”, no montante de cento e cinquenta e quatro mil trezentos e um euros e noventa e seis cêntimos”,

*sendo que conheciam que a freguesia estava ainda com um processo aberto de discussão pública, para aquele projeto em concreto. E conhecendo, também, que havia propostas da população no sentido de fazer algo diferente naquele largo do que aquilo que estava ou do que foi aprovado na Assembleia de Freguesia, que estava ali hoje em votação, gostavam de chamar a atenção para aquele tipo de contratos administrativos, a seu ver, servir bem as freguesias com a dotação financeira que lhes era dada para aquelas obras, quando elas serviam o espírito e as necessidades das populações, que, neste caso, lhes parecia que não foi propriamente acautelado. E, portanto, deixavam, também, esse repto, para futuro, que a informação fosse devidamente acompanhada com mais informações sobre os processos. Que tivessem em conta, também, a expressão e as vozes das populações das freguesias que, neste caso, não concordavam com a destruição de parte de uma casa que, a seu ver, ainda podia ser reconstruída, se bem percebeu, do que eram as intenções de quem fez aquela proposta. E em vez de investir aquele valor na destruição do que lá existia, para a criação de um parque de estacionamento e de convívio, mas sim na requalificação daquele edifício. E parecia-lhe que esse instrumento poderia ser muito valioso para a Câmara, atendendo às necessidades das populações. Quanto mais proforma criassem em torno do apoio financeiro, que ia, quase num envelope fechado, não tendo em conta a especificidades de cada sítio, parecia-lhes que deixava a desejar o próprio instrumento e o valor do instrumento. Interveio o **SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO**, para prestar um esclarecimento e a afirmação de um princípio e de um valor que para eles era particularmente caro. Não se pautavam, nem faziam as suas opções de investimento, fosse num conjunto do Município, fosse em matéria de delegação de competências nas Freguesias, nem em função de “posts” no facebook, nem em*

*função de intervenções individualizadas de cidadãos numa Assembleia de Freguesia. O seu interlocutor, no que dizia respeito às políticas de investimento nas diversas freguesias, eram os Presidente de Junta eleitos, os quais, obviamente eram os legítimos representantes das populações de cada um dos territórios. E, se o Presidente de uma Junta de Freguesia entendia que o melhor projeto, para aquele território, era um que lhes submetia à consideração e se ele era validado pelo Executivo Municipal como sendo algo meritório, obviamente que não era por haver vozes contrárias que deixavam de reconhecer o mérito desse mesmo projeto. E foi isso que aconteceu, como, seguramente, a representante daquela União de Freguesias, ali presente, poderia atestar de seguida, se assim o entendesse. Passou a usar da palavra a **SR^a. TESOUREIRA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MERELIM SÃO PEDRO E FROSSOS, ADÉLIA DE JESUS GONÇALVES DA SILVA**, para, inicialmente, esclarecer, que ali foi dito que estava em fase de discussão pública aquele projeto, isso não correspondia à verdade. De facto, fizeram uma apresentação pública do projeto. Depois, também, não era verdade que se estivesse a efetuar uma obra de um parque. Iria ser uma praça que daria dignidade à sua igreja e a população estava de acordo com que aquilo acontecesse. Parecia impossível que a Sr^a. Deputada estivesse a olhar para aquilo que estava no “post” do facebook, quando isso não correspondia à realidade. Se calhar, deveria ir ao local ver o que se passava, que só assim se conseguia manifestar. O facto era que a freguesia precisava de um espaço como aquele. Também o que estava em causa era apenas um cidadão que queria que se reconstruísse uma casa, casa essa que caiu há muitos anos e abandonada há muitos anos. Pretendiam que aquilo ficasse com o mesmo aspeto em que estava? Ora, a Câmara Municipal pretendeu delegar competências na freguesia e era muito bem-vindo e a freguesia era isso que queria e era isso que a população*

*pretendia. Aliás, não viu ali ninguém da freguesia a manifestar-se em sentido contrário. Nesse sentido, apelava a todos para que olhassem para a freguesia e não pusessem a freguesia, mais uma vez, como durante tanto tempo, esteve colocada, por parte do Executivo Camarário, de parte e esperava que hoje isso não acontecesse. Apelava ao bom senso, porque o que ali foi dito não correspondia, de forma alguma, àquilo que era a realidade. Retomou do uso da palavra a Sr^a. Deputada da C.D.U., **BÁRBARA SECO DE BARROS**, para agradecer o esclarecimento ali prestado. No entanto, devia até dizer que para si, naquele preciso momento, foi uma novidade que aquela questão estivesse no facebook. Por isso, agradecia o esclarecimento. Dizer, também, que se não sabia como a CDU baseava a sua intervenção política, não valia a pena estar a falsear as suas fontes, nem a desvalorizar a opinião da população, independentemente do veículo que ela escolhia para ser veiculada. De qualquer forma, parecia-lhe que a Câmara Municipal, e agora respondendo ao Sr. Presidente, tinha sim algo mais a dizer, quando estavam a falar de um terreno, uma propriedade que era municipal. Não era da Junta de Freguesia, era da Câmara Municipal. Ao contrário do que a representante da Junta de Freguesia ali disse e usando as suas palavras, isso sim era mentira, a casa estava parcialmente destruída, foi demolida pela Câmara Municipal. A casa teve que ser demolida. Alguém obrigou a Câmara a demolir o que ali estava, sendo que, apesar de tudo, havia, ainda, um compromisso com a população de Frossos de que aquele sítio poderia voltar a ser reerguido, para servir, inclusivamente, de centro cívico e, também, albergue para algum do movimento associativo daquela freguesia. Compreendiam que a Junta de Freguesia pudesse não estar de acordo. Estava no seu direito de não estar de acordo com aquela solução. Diferente era ir ali dizer que aqueles argumentos não eram válidos e que a população de Frossos não tinha direito a expressar uma*

opinião contrária. De qualquer forma, da sua parte, a única coisa que ali foram fazer, não foi questionar as opções, que eram sempre várias, porque havia sempre alguém que não concordava. Parecia-lhes lógico, Sr. Presidente. No entanto, dizer que a Câmara Municipal, a única coisa que poderia fazer era ouvir o Presidente da Junta, que era o representante, subscrevendo que, então, para isso não era preciso haver um diálogo entre a Junta, nem os seus fregueses, nem com a Câmara Municipal. A Câmara assinava por baixo e a Junta fazia o que desejasse. Era papel da Câmara Municipal, sim, especialmente quando se tinha em conta o futuro de algo que era propriedade da Câmara Municipal, era propriedade de todos nós, perceber o que se ia fazer ali, ou não. Parecia-lhe ser decisivo, até, que se discutissem essas questões e que não se arrumassem para o armário. Portanto, achava que ficava esclarecida a sua posição, com facebook ou sem facebook. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas com duas abstenções da C.E.M., exceto a alínea treze que foi aprovada com as abstenções da C.D.U. e da C.E.M..** **PONTO NÚMERO ONZE – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS A DIVERSAS JUNTAS DE FREGUESIA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, as propostas aprovadas nas reuniões do Executivo Municipal de doze e de vinte e seis de dezembro do ano findo, de nove de janeiro e de seis de fevereiro do ano em curso, relativas à atribuição de apoios financeiros, nos termos do preceituado na alínea j), do número um, do artigo vigésimo quinto, do Anexo um da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, às seguintes Juntas de Freguesia: a) - União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado à execução da obra “Bebedouro para o Parque de Merendas e Lazer de Cunha”, no montante de mil quarenta e nove euros e quarenta cêntimos com IVA; b) - União de Freguesias de Cabreiros e Passos (São Julião), destinado à execução da obra do “Centro

*Cultural Interiores – Cabreiros”, no montante de cinquenta mil euros; c)- Junta de Freguesia de Gualtar, destinado à realização de um concerto de Natal na Igreja da freguesia, no montante de duzentos e cinquenta euros; d)- Junta de Freguesia de Esporões, destinado à realização das obras de adaptação do espaço existente na Fábrica da Igreja de São Tiago de Esporões, para instalação do refeitório a ser utilizado pelos alunos da EB um de Esporões, no montante de três mil oitocentos e dezasseis euros; e)- Junta de Freguesia de Padim da Graça, destinado a apoiar a obra da “Calçada da Casa dos Carvalhos”, no montante de quatro mil quinhentos e sessenta e oito euros e sessenta cêntimos; f)- União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, destinado a apoiar a obra de “Requalificação do muro no cemitério de Lamações”, no montante de quatro mil e seis euros e oitenta cêntimos; g)- União de Freguesias de Morreira e Trandeiras, destinado a apoiar a obra do “Arranjo urbanístico da Poça da Bâcora – Trandeiras”, no montante de sessenta e sete mil quatrocentos e quarenta e três euros e vinte e dois cêntimos; h) União de Freguesias de Merelim São Paio, Panóias e Parada de Tibães, destinado a apoiar as “Obras de conservação na sede da Junta – Parada de Tibães”, no montante de treze mil trezentos e sessenta e oito euros e oito cêntimos; i)- União de Freguesias de Arentim e Cunha, destinado a apoiar a execução da obra “Requalificação do parque de estacionamento do parque desportivo de Cunha”, no montante de dezassete mil quatrocentos e noventa euros; j)- União de Freguesias de Cabreiros e Passos São Julião, destinado a apoiar a execução da obra “Construção de rampa no cemitério de Cabreiros”, no montante de trinta e três mil oitenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos; k)- Junta de Freguesia de Gualtar, destinado a apoiar a execução da obra “Queda de muro do cemitério”, no montante de doze mil quatrocentos e noventa e quatro euros e quarenta e três cêntimos. Postas à votação foram as referidas propostas **aprovadas por maioria***

com duas abstenções da C.E.M.. PONTO NÚMERO DOZE – ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS. Para apreciação da Assembleia Municipal, junto se envia informação sobre os benefícios fiscais concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do número três, do artigo quadragésimo primeiro do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, que se dá por reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. PONTO NÚMERO TREZE – INFORMAÇÃO PRESTADA PELAS COMISSÕES PERMANENTES. Não se registou qualquer intervenção. PONTO NÚMERO CATORZE – INFORMAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO. Submete-se à apreciação da Assembleia Municipal, informação do Sr. Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, por escrito e que aqui se dá como reproduzida e transcrita e vai ser arquivada em pasta anexa ao livro de atas. A palavra foi dada ao SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA, RICARDO BRUNO ANTUNES MACHADO RIO, primeiro, para dar nota de que, também, em relação a algumas das questões que ali foram abordadas, parecia viver-se o ambiente das pós-verdades. Porque fosse em termos de interpelações legítimas de cidadãos sobre os processos de licenciamento, que já foram, naturalmente, encaminhados, para os serviços municipais, interpelações diretas que fizeram aos serviços da autarquias e aos seus responsáveis políticos, fosse em declarações políticas, que alguns cidadãos já hoje entenderam fazer na Assembleia Municipal, não se podia dizer, de uma forma taxativa, aquilo que não era um facto. Não houve ilegalidades que não aquelas que foram apuradas pela fiscalização na Quinta das Portas. Não houve ilegalidades nas Oficinas de São José. Não houve ilegalidades que não aquelas que foram apuradas pela fiscalização na Academia e assim sucessivamente. Portanto, não era por alguém afirmar uma coisa contrária à verdade, que ela passava, efetivamente,

a sê-lo. Dizer, também, que naquela Assembleia Municipal, e tal como, aliás, em todas as Assembleia Municipais, e ele próprio, como já ali foi evocado, foi muitos anos Vereador da oposição, Deputado Municipal na oposição, e, quando se estava na oposição, se havia coisa que se procurava muitas vezes, era encontrar números. Números, não no sentido artístico do termo, mas no sentido estrito, quantitativo, porque um número era algo que, normalmente era irrefutável e que podia ajudar a afirmar uma determinada tese. E, ao longo das últimas semanas houve, muitos números que circularam, desde logo, na comunicação social. Mesmo em comunicação social não controlada pela Câmara Municipal e que, efetivamente divulgaram com substância. Era o que diziam e tinha que atestar aquilo que referiram e, portanto, nessa comunicação social falou-se de volumes de investimento no concelho. Falou-se de níveis de desemprego e emprego no concelho, em que, por exemplo, se lia que o nível de desemprego no concelho estava no nível de há dez anos e alguns, até, tentaram obter como crédito a atuação deste governo. Mas a verdade era que a descida num ano e noutro foi exatamente a mesma e, portanto, havia que repartir os méritos pelos dois governos, pelo menos nessa mesma atividade, se não o havia, também, da Investbraga e de todos os agentes que contribuíram para concretização de projetos empresariais no nosso concelho. Falou-se do turismo, que estava, também, a registar um crescimento exponencial na nossa cidade. Falou-se do volume de exportações, em que Braga, hoje, estava numa posição que jamais imaginaríamos que seria possível há uns anos, em termos de contexto do norte do país e era, hoje, já, um dos principais concelhos exportadores do norte do país, com perspectivas de crescimento muito consideráveis, que iriam fazer, por exemplo, com que em dois mil e dezasseis, os dados que ainda não eram conhecidos, mas que já antecipavam, com base na relação que tinham com as empresas, lhes permitiam constatar que

tinham, já, um volume de exportações superior ao Porto, o que, de facto, era inimaginável e, até, contrariava alguma visão catastrofística, que ali foi apresentada por um Deputado Municipal, na última Assembleia Municipal, sobre a evolução económica do concelho. Tiveram números sobre a atividade social, em que Braga prestou contas sobre o volume de apoios à habitação, através dos seus vários programas, que, por exemplo, o ano passado, registaram um crescimento de quase duzentos mil euros nas respostas diretas através do RADA e quase eliminaram a lista de espera desse programa de apoio municipal. Das muitas atividades, que há pouco a Deputada Manuela Marques ali evidenciou da ação social do Município e que fosse em termos do programa “Braga a Sorrir”, tão polémico que foi à data, fosse em termos de outras iniciativas de assistência à população mais idosa, à assistência aos cidadãos com necessidades especiais, assistência à infância eram, hoje, o eco público de uma política familiarmente responsável. Não era por acaso, também, que amanhã, mais uma vez, teriam ali os responsáveis nacionais da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas a prestar o testemunho da capacidade e da qualidade das políticas sociais desenvolvidas pelo Município de Braga. Tiveram números sobre as empresas municipais, do volume de passageiros e dos resultados dos transportes urbanos, que eram um verdadeiro oásis, ao nível dos sistemas de transporte públicos, a nível nacional e sem financiamentos, por parte do estado fosse para a renovação da sua frota, fosse para o seu funcionamento. Tiveram números sobre os tarifários e a qualidade dos serviços prestados pela Agere, dos mais económicos do país, estranhamente, não reconhecidos por outros responsáveis, ali em termos locais. E, antes mesmo, da redução do tarifário, que se verificou, pela primeira vez, em décadas, no presente ano de dois mil e dezassete e qualidade de excelência, como foi reconhecido pela própria entidade independente, que tutelava aquela área, que

era a ERSAR. Tudo números que, porventura, diriam muito mais diretamente ao bem-estar das populações e àquilo que eram as suas preocupações do que aqueles que ali foram levados, sobre o índice de transparência municipal. E sobre o índice de transparência municipal, as únicas palavras que lhe ocorriam citar, eram as de um reconhecido social-democrata, que, por acaso, presidia à Associação Nacional de Municípios, e que, por acaso, era, também, Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, que dizia no princípio desta semana, depois daquele assunto ter sido discutido num conselho diretivo, que englobava representantes da CDU e de todas as forças políticas, que era preciso olhar para índices que não eram devidamente credíveis e que não eram devidamente rigorosos na análise que faziam. A Deputada Paula Nogueira leu ali muitos dados e muitos números, mas não disse um único elemento que a Câmara Municipal tivesse deixado de prestar, em termos de informação aos seus cidadãos, ao longo dos últimos anos. Essa alegada diminuição da falta de transparência municipal, não se materializava na prática em nenhuma omissão de nenhum aspeto da atividade municipal, dos documentos municipais, de todas as dimensões que o próprio índice supostamente procurava consagrar. E se ela se desse a um esforço, ela e outros Deputados Municipais, que ali intervieram, também, sobre essa matéria, ainda mais rigoroso de verificar em relação às pontuações que lhes foram atribuídas nesse índice, à Câmara Municipal de Braga e a outros Municípios e àquilo que era a informação que estará, efetivamente, disponível no site da Câmara Municipal, teriam, surpreendentemente, constatado que, afinal, até havia pontos em que a Câmara Municipal de Braga tinha pontuação zero e que, na verdade, tinha os respetivos elementos disponíveis na Câmara Municipal, no respetivo portal. Não era pelo facto de os índices ou os indicadores serem, porventura, mais agressivos para com a Câmara Municipal, que eles tinham mais razão do que a razão que saltava à

vista de todos. Era de que não havia, bem pelo contrário, nenhuma diminuição da transparência e nem sequer, caro Deputado Artur Feio, naquilo que era, segundo as suas palavras, já várias vezes repetidas, a falta de transparência dos processos urbanísticos na Câmara Municipal de Braga. Dito isso, havia um aspeto que queria, ali, realçar, que tinha a ver com as reivindicações, que a Assembleia Municipal de Braga, também, às quais se deveria associar, tal como outros agentes do concelho, em relação a investimento no nosso concelho. Era que se, de facto, os dados dos últimos meses e dos últimos anos tinham sido muito positivos do ponto de vista do desempenho económico do concelho, seriam, seguramente, muito mais positivos, se tivessem da parte das entidades do estado central, da parte das entidades gestoras dos fundos comunitários, outra colaboração, outro apoio que, infelizmente, não estavam a registar. E os dados que também vieram a público esta semana e as intenções que vieram a público esta semana, em matéria de investimentos, quer nas acessibilidades a áreas de localização empresarial, quer de qualificação dessas mesmas áreas de localização empresarial, eram, no mínimo, preocupantes. Não se percebia que com tanto dinamismo, com tanto investimento, com tanta criação de postos de trabalho, como aquela que estava a ocorrer em Braga, o governo e as entidades que tutelavam os fundos comunitários não entendessem prioritário qualificar os acessos ao parque industrial de Adaúfe, investir nas melhorias das condições desse parque e do parque industrial de Celeiros e outros que, efetivamente, estavam no nosso concelho e que foram alvo de uma candidatura da Investbraga e dos diversos parceiros à pré-qualificação e à pré valorização dessas mesmas áreas de localização empresarial. Era algo que também, se calhar de forma muito premente, deveria merecer uma tomada de posição por parte de todas as forças políticas ali presentes, porque a verdade era que a Câmara Municipal fazia a sua parte. Sé entre dois mil e dezassete e dois mil

e dezoito, entre os acessos a Navarra, os acessos ao parque industrial de Sobreposta, os acessos que estavam, neste momento, em fase de projeto, mas que seriam executados no próximo ano, ao parque industrial de Padim da Graça e vários outros investimentos de qualificação dessas áreas de localização, estavam falar de mais de dois milhões de euros diretamente investidos pelos cofres municipais, sem qualquer contrapartida de fundos comunitários. E a verdade era que não tinham da parte das entidades nacionais e regionais o mesmo tipo de apoio e o mesmo tipo de contrapartidas. Isso sim, deveria, porventura, merecer alguma intervenção por parte de alguns Deputados, que tinham relações preferenciais com as várias forças que apoiavam o atual governo nacional. E a verdade era que, também, quando a região se unia, quando os agentes se uniam, os resultados eram evidentes. O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Viana do Castelo, que era Presidente da CIM do Alto Minho, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga, que era Presidente da CIM do Cávado, os membros do Eixo Atlântico, que se reuniram em Assembleia Geral na passada quarta-feira, todos foram unânimes no repúdio ao encerramento das delegações da RTP e da RDP e formularam várias opiniões públicas sobre essa matéria. Hoje mesmo, estava a ser preparada uma missiva, que seria subscrita já não apenas por autarcas, mas, também, pelo Arcebispo de Braga, por responsáveis universitários, por responsáveis de associações empresariais, para dar conta desse mesmo repúdio. A carta não teve que seguir, porque hoje mesmo, o responsável máximo da RTP, o Sr. Presidente do Conselho de Administração, ligou-lhe, ao final da tarde, a dar conta que quer a delegação de Braga, quer a delegação de Viana do Castelo, já não seriam encerradas, porque, efetivamente, reconsideraram essa opção e iriam, sobretudo, tentar-se articular com as autarquias e com as instituições de ensino superior, para manter em funcionamento essas delegações e, até, as reforçar. Ora,

como sabiam, em Braga, de há muitos anos a esta parte, neste mandato, que estava em funcionamento o Media Center, que disponibilizava instalações, a custo, praticamente, gratuito, para todos os órgãos de comunicação social. Aquilo era o testemunho claro de que valia a pena unirem-se, naquilo que verdadeiramente importava para o concelho e, às vezes, como hoje o Sr. Presidente da República dizia numa intervenção em Braga, não se prenderem tanto na espuma dos dias. A palavra foi depois dada à **Sr^a. Deputada da C.E.M., PAULA CRISTINA BARATA MONTEIRO DA COSTA NOGUEIRA**, para apresentar um **Voto de Protesto**, realçando que acabaram, uma vez mais, de assistir ali a um desrespeito pelo Regimento da Assembleia Municipal. E de novo, pedia desculpa pela frontalidade, com a cobertura e a anuência da Sr^a. Presidente. Na penúltima reunião de líderes, o Deputado Raúl Peixoto, e muito bem, chamou a atenção depois dos incidentes que tiveram lugar na Assembleia Municipal, que decorreu no Instituto da Juventude, que não era regimental que o Sr. Presidente da Câmara respondesse a declarações políticas e fizesse comentários. Ao fim de três anos e meio, o Dr. Ricardo Rio, ainda não percebeu que era Presidente da Câmara e que não era líder da oposição. E, portanto, o Regimento daquela Assembleia, não lhe permitia tecer comentários sobre declarações políticas, nomeadamente, sobre a sua própria declaração política. Isso foi dito pela Deputada Bárbara Barros, da outra vez, que fez uma interpelação para dizer isso. Não queria repetir a cena, porque ela, na altura, já foi suficientemente desagradável. A verdade era que, hoje, voltaram a assistir, e como muito bem disse, no outro dia, o Deputado Sebastião Quarenta, a um comício do Sr. Presidente da Câmara, com o beneplácito da Dr^a, Hortense Santos. A Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, permitiu que o Sr. Presidente da Câmara tecesse declarações e fizesse comentários, que estavam fora do âmbito daquele ponto, que era de informação da Câmara sobre a atividade municipal e

*não comentários mais ou menos irónicos a despropósito acerca daquilo que eram as declarações políticas dos Deputados Municipais. Esperava que aquela fosse a última vez que aquilo acontecesse e que a Sr^a. Presidente da Assembleia Municipal, que já foi avisada sobre isso numa reunião de líderes, assumisse as suas responsabilidades e não permitisse aquela pouca vergonha. Registou-se, ainda, a intervenção do Sr. Deputado do P.S.D., **JOÃO ALBERTO GRANJA DOS SANTOS SILVA**, para dizer que o seu entendimento era que o procedimento da Mesa foi adequado e correto. E, nem a Mesa, nem a Assembleia se deveriam deixar condicionar por intervenções daquela natureza, porque a informação política do Presidente da Câmara, naturalmente, tinha que versar os temas da atualidade política. E querer condicionar, querer criar um espartilho à intervenção do Presidente da Câmara, obviamente, não só era querer assumir um papel a que não tinha direito. Em segundo lugar, não podia cercear a possibilidade da Assembleia ser esclarecida por questões de grande relevância como, por exemplo, aquela questão da RDP e da RTP, onde tiveram, ali, uma informação em primeira mão. Por isso, aquele era o momento útil de poder abordar toda a temática que o Sr. Presidente entendesse por bem, porque essa era a sua vocação, era o seu papel e era o momento que tinha para o fazer. E estar a querer castrar a possibilidade do Presidente da Câmara disponibilizar toda aquela informação, por muito que politicamente doesse à oposição em determinados momentos, naturalmente que doía, mas tinha que ser. E fazia e fazia muito bem, porque o que era preciso era que o Presidente esclarecesse, que informasse, que prestasse esclarecimentos sobre as polémicas e os temas do dia-a-dia, porque isso sim, também era prestar serviço à Assembleia, à comunidade e aos Bracarenses, porque era para isso, também, que a comunicação social ali estava e que, naturalmente fazia muito bem o seu papel. E aquela era a matéria-prima, que era precisa, para que pudessem*

cumprir o seu papel. Interveio, finalmente, o Sr. Deputado da C.D.U., **PEDRO MIGUEL RODRIGUES SIMÕES CASINHAS**, com vista a interpelar a Mesa sobre aquele tema, porque já expressaram a sua opinião e era do seu entendimento que aquele ponto não servia para fazer comício de encerramento. Ninguém queria deixar de ouvir o Sr. Presidente da Câmara. Queriam ouvir o Sr. Presidente da Câmara na altura certa. Se achava que tinha informações relevantes a dar no Período de Antes da Ordem do Dia, recorria à figura regimental, que estava prevista e pedia tempo e os Grupos Municipais podiam autorizar. Se tinha informações relevantes a dar sobre cada um dos pontos da ordem de trabalhos, dava em cada um dos pontos da ordem de trabalhos. Agora, no final daquele ponto, o Sr. Presidente da Câmara tinha um espaço em que decidia comentar todos e qualquer um dos temas abordados durante a ordem de trabalhos, sem que os Grupos Municipais pudessem contraditar. E, por isso, era ilegítimo e abusivo. Aquela figura existia, para prestar informações sobre a atividade da Câmara, que não puderam ir em tempo útil ou que não fosse pertinente até ao momento da Assembleia e não para comentar e para fazer aquela espécie de circo e de número, e agora sim, de número artístico de encerramento. **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:** A Assembleia Municipal deliberou aprovar a ata em minuta, para produzir efeitos imediatos, na parte respeitante aos pontos um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete, oito, nove, dez e onze, de conformidade com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. **ENCERRAMENTO:** Às zero horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos desta sessão de dezassete de fevereiro, de que, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

